

Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Juruá/AC

República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente da República

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Antônio Waldez Góes da Silva - Ministro

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Paulo Roberto Galvão da Rocha - Superintendente

Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Aharon Alcolumbre - Diretor

Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

Jorgiene dos Santos Oliveira - Diretora

Diretoria de Administração

Aline Dias Rossy – Diretora

**Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos Fiscais e de Atração
de Investimentos**

Wilson Luiz Alves Ferreira - Diretor

Governadora do Estado do Acre

Mailza Assis da Silva

Secretaria de Estado de Planejamento

Ricardo Brandão dos Santos

Ministério da Integração e do
Desenvolvimento Regional

Governo do Estado do Acre

Superintendência do Desenvolvimento
da Amazônia

Secretaria de Estado de Planejamento

PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VALE DO JURUÁ/AC

BELÉM/PA
2026

2026 © Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM

Tv. Antônio Baena, 1113 – Marco. Belém – Pará – Brasil

CEP: 66.093-082

gabinete@sudam.gov.br

www.sudam.gov.br

NORMALIZAÇÃO: Biblioteca da SUDAM

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Juruá / Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. - Belém: SUDAM, 2026.

1. Planejamento Regional – Acre 2. Plano Integrado – Vale do Juruá (Acre). 3. Desenvolvimento Sustentável – Vale do Juruá (Acre) I. Título. II. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

CDU 711.2:502.131(811.2 AC)

Ficha catalográfica: Maria Selma de C. Pereira – CRB 2/864

EQUIPE TÉCNICA

SUDAM (Coordenação dos Trabalhos):

Jorgiene dos Santos Oliveira – Diretora

Benedito Barros Caldas – Coordenador-Geral

Vilmara Ferreira Salgado – Coordenadora

Karina Ferreira Castro Mesquita – Coordenadora

Adilton Pereira Ribeiro – Geógrafo

EQUIPE TÉCNICA SUDAM (Apoio):

Hugo Luiz Cordovil de Freitas – Assessor Técnico

Sandra Sueli Magalhaes Melo- Assistente Técnico

Jakelyne Machado Lima da Silva – Analista de Sistemas

Evanildes dos Santos Figueiredo – Secretária

Luan Henrique Piedade Xavier – Estagiário

APRESENTAÇÃO

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) reconhecem que o desenvolvimento sustentável da Amazônia depende da construção coletiva, baseadas na participação social, na cooperação institucional e no diálogo permanente entre os diversos atores que vivem no território amazônico.

Neste contexto, os Planos Integrados de Desenvolvimento Sustentável (PIDS) constituem importantes instrumentos de planejamento territorial, capazes de traduzir as singularidades, potencialidades e desafios das diferentes regiões da Amazônia Legal em estratégias de desenvolvimento territorial. Ao considerar as especificidades locais, esses planos complementam as políticas públicas de alcance nacional, regional e estadual, contribuindo para que demandas historicamente negligenciadas possam ser incorporadas às agendas governamentais.

A elaboração desses instrumentos está alicerçada em processos de escuta ativa e participação social, que possibilitam identificar prioridades, pactuar objetivos e construir propostas alinhadas às realidades locais. A partir desse processo participativo, busca-se promover um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e integrado, capaz de fortalecer as capacidades existentes nos territórios e ampliar as oportunidades para suas populações.

É nesse cenário que se insere o Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Juruá (PIDS-Juruá), construído a partir do diálogo entre instituições públicas, organizações da sociedade civil, representantes dos setores produtivos, povos indígenas, comunidades tradicionais e demais atores sociais da região. O PIDS-Juruá também está alinhado às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), ao Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal e às estratégias de desenvolvimento do estado do Acre.

O Plano busca integrar planejamento, articulação institucional, execução de políticas públicas e mobilização de investimentos, orientando ações capazes de promover transformações estruturantes no território. Dessa forma, mais do que um documento de planejamento, o Plano Integrado constitui um instrumento de convergência entre diferentes níveis de governo, instituições públicas, iniciativa

privada e sociedade civil, estabelecendo referências para a coordenação de esforços e a otimização dos recursos disponíveis.

As propostas aqui apresentadas resultam das demandas identificadas durante as escutas realizadas com os atores sociais dos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, refletindo os desafios e as aspirações compartilhadas pelos habitantes do território.

A finalidade do Plano é contribuir para o fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis, a melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos, a valorização dos ativos ambientais, a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades territoriais na região do Vale do Juruá.

Ao reunir diagnósticos, demandas prioritárias, propostas de ação e mecanismos de governança, este Plano reafirma o compromisso com um modelo de desenvolvimento construído a partir do território e voltado para a melhoria da qualidade de vida da população do Vale do Juruá. A articulação entre sociedade e poder público em torno de objetivos comuns representa, portanto, o principal caminho para transformar potencialidades em oportunidades e promover um desenvolvimento regional sustentável, inclusivo e duradouro.

Paulo Roberto Galvão da Rocha

Superintendente da SUDAM

LISTA DE SIGLAS

ACPS	Ações Civis Públicas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia
CFA	Conselho Federal de Administração
CCU	Contratos de Concessão de Uso
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CONDEL	Conselho Deliberativo da SUDAM
CORIFF	Comitê Regional de Instituições Financeiras Federais
CRIE	Centro de Referência para Inovação em Educação do Rio Branco
DEPASA	Departamento Estadual de Água e Saneamento do Acre
DERACRE	Departamento de Estradas de Rodagens do Acre
DICOL	Diretoria Colegiada
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPLAN	Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FJP	Fundação João Pinheiro
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICS	Instituto Cidades Sustentáveis
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDSC	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades

IFAC	Instituto Federal do Acre
IGATI	Instrumento de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas
IGM-CFA	Índice de Governança Municipal
IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Acre
IMAZON	Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPS	Índice de Progresso Social
ITERACRE	Instituto de Terras do Acre
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCID	Ministério das Cidades
MCOM	Ministério das Comunicações
MCMV	Minha Casa, Minha Vida
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MEC	Ministério da Educação
MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MINC	Ministério da Cultura
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MME	Ministério de Minas e Energia
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MPOR	Ministério de Portos e Aeroportos

MPS	Ministério da Previdência Social
MS	Ministério da Saúde
MT	Ministério dos Transportes
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTUR	Ministério do Turismo
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGU	Orçamento Geral da União
ONDH	Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PDIFF	Plano de Integração da Faixa de Fronteira
PIDS	Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável
PIDS-JURUÁ	Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Juruá
PNCE	Política Nacional de Cultura Exportadora
PNCTP	Política Nacional das Culturas Tradicionais e Populares
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPCD	Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento
PRD	Plano Regional de Desenvolvimento
PRDA	Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SAF	Sistema Agroflorestal
SDTI	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Tecnologia e Inovação
SEAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento
SESACRE	Secretaria de Estado de Saúde do Acre
SFA	Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária
SINIR	Sistema Nacional de Informações sobre Gestão dos Resíduos Sólidos
SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUS	Sistema Único de Saúde
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UFAC	Universidade Federal do Acre

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 - PIB por município em 2023 (R\$ Milhões).	24
Gráfico 2 - Evolução do PIB (a preços correntes) do Vale do Juruá.	25
Gráfico 3 - Taxa de desmatamento anual na região do Vale do Juruá.	36
Gráfico 4 - Ocorrência de queimadas anuais na região do Vale do Juruá.	37

INFOGRÁFICOS

Infográfico 1 – Dimensões do Plano.....	44
Infográfico 2 – Fluxograma Estratégico de Formulação do Plano	45
Infográfico 3 - Missão, Valores e Visão do Plano definidos no processo participativo.	48
Infográfico 4 - Eixos do PIDS-Juruá alinhados aos ODS.	49
Infográfico 5 - Modelo lógico	52
Infográfico 6 – Síntese das demandas priorizadas e entregas por eixos.	57
Infográfico 7 - Modelo de governança	62
Infográfico 8 - Estratégia de Monitoramento e Avaliação (M&A).....	67

MAPAS

Mapa 1 – Divisão Municipal do Vale do Juruá.....	20
Mapa 2 - Principais modais de transporte na região do Vale do Juruá.	34
Mapa 3 – Espaços institucionalizados na região do Vale do Juruá.....	35

QUADROS

Quadro 1 – Estratégia de formulação e implementação do plano.....	40
Quadro 2 – Relação entre o PRDA e os Ministérios Setoriais parceiros.	56
Quadro 3- Indicadores de monitoramento da implementação do PIDS-Juruá	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores demográficos e territoriais dos municípios da região do Juruá – 2022	21
Tabela 2 - População residente nos municípios do Vale do Juruá, Acre e Brasil em 2010 e 2022.	22
Tabela 3 - Informações sobre Tipologia da PNDR, IDHM, IPS, IDSC e IGM-CFA....	23
Tabela 4 – Produção agrícola – 2024.	26
Tabela 5 - Extração vegetal e efetivo de rebanhos – 2024.	26
Tabela 6 - Número, área e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários – 2017.	29
Tabela 7 - Condição do produtor em relação às terras – 2017	29
Tabela 8 - Estabelecimentos agropecuários com assistência técnica e financiamentos – 2017.	30
Tabela 9 - Empregos formais e salário médio mensal.	31
Tabela 10 - Indicadores educacionais na região do Vale do Juruá.	32
Tabela 11 - Indicadores de saúde na região do Vale do Juruá.	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO	19
1.1 ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E GEOPOLÍTICA REGIONAL.....	19
1.2 DINÂMICA DEMOGRÁFICA E SOCIAL	22
1.3 DINÂMICA ECONÔMICA E ESTRUTURA PRODUTIVA	24
1.4 AGRICULTURA FAMILIAR, ORIENTAÇÃO TÉCNICA E CRÉDITO RURAL ...	27
1.5 TRABALHO E RENDIMENTO	30
1.6 EDUCAÇÃO E SAÚDE.....	31
1.7 INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL.....	33
1.8 MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO TERRITORIAL	34
2. OBJETIVOS DO PLANO INTEGRADO	39
3. METODOLOGIA.....	43
4. MODELO LÓGICO	51
5. DEMANDAS PRIORITÁRIAS, AÇÕES PROPOSTAS E FONTES DE RECURSOS.....	55
6. SISTEMA DE GOVERNANÇA	61
7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	65
8. CONSIDERAÇÕES	69
REFERÊNCIAS:	71
ANEXO I – DEMANDAS PRIORITÁRIAS PARA O VALE DO JURUÁ.	77
ANEXO II – MATRIZ DE RISCOS DO PIDS-JURUÁ	122
ANEXO III – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO SEMINÁRIO DE VALIDAÇÃO DAS ESCUTAS ATIVAS DO PIDS-JURUÁ.....	125

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Governo Federal tem fortalecido um conjunto de políticas e estratégias voltadas à promoção de um desenvolvimento mais equilibrado, inclusivo e sustentável entre as diferentes regiões brasileiras. Em consonância com os princípios estabelecidos no artigo 3º da Constituição Federal de 1988, esse esforço ganhou novo impulso com a atualização da PNDR, atualmente em sua terceira versão, instituída pelo Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024.

A PNDR tem como finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades que promovam o crescimento econômico sustentável, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente nos territórios que apresentam maiores desafios socioeconômicos.

No atual ciclo de planejamento governamental, essas diretrizes encontram-se alinhadas à Dimensão Estratégica PPA 2024–2027, cuja visão de futuro projeta um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas possam viver com dignidade, qualidade de vida e respeito à diversidade. Entre os seus princípios orientadores destacam-se a redução das desigualdades sociais e regionais, a valorização das diversidades culturais e territoriais e o fortalecimento da cooperação federativa.

Essas premissas dialogam diretamente com os princípios e objetivos da PNDR e dos Planos Regionais de Desenvolvimento (PRDs), constituindo a base conceitual e metodológica dos PIDS, entre os quais se insere o PIDS-Juruá.

No âmbito regional, a SUDAM, instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, desempenha papel estratégico na formulação, articulação e promoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional. Sua principal referência de planejamento é o PRDA, instrumento que orienta ações de médio e longo prazo destinadas à redução das desigualdades regionais, à geração de emprego e renda e à promoção do desenvolvimento sustentável da região (SUDAM, 2023).

Além de orientar as estratégias de desenvolvimento para a região, o PRDA subsidia a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e dos incentivos fiscais

administrados pela SUDAM, contribuindo para a implementação de investimentos estruturantes e para o fortalecimento das economias dos estados.

Nesse contexto, o PIDS-Juruá não surge como um instrumento concorrente ao PRDA, mas como uma iniciativa complementar, concebida para aprofundar o planejamento territorial em uma escala geográfica mais próxima da realidade local. Enquanto o PRDA atua em uma perspectiva regional ampla, voltado para ações e projetos estruturantes e de abrangência macrorregional, o PIDS-Juruá busca identificar e organizar demandas específicas do território, construídas a partir do diálogo direto com seus diversos atores sociais.

A elaboração do Plano foi pautada em uma metodologia participativa baseada na escuta ativa de gestores públicos, lideranças comunitárias, representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais, produtores rurais, organizações da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa e demais segmentos representativos da região. Esse processo permitiu identificar desafios, potencialidades e prioridades que nem sempre são captados pelos instrumentos de planejamento de maior abrangência, assegurando maior aderência das propostas às necessidades reais do território.

O Plano possui recorte temporal de quatro anos, em alinhamento ao do PPA Federal, e poderá também orientar-se pelo próximo ciclo do PPA 2028-2031, com previsão de avaliação contínua de resultados, assegurando coerência entre as escutas ativas que serão formatadas em projetos para a execução.

A estratégia metodológica adotada na construção do PIDS-Juruá está alinhada aos principais instrumentos de planejamento e desenvolvimento vigentes, entre eles o PPA 2024–2027, a PNDR, o PRDA, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os instrumentos de planejamento do estado do Acre e demais referenciais aplicáveis ao desenvolvimento regional sustentável.

Com horizonte temporal compatível ao ciclo do PPA Federal, o Plano foi concebido para orientar ações e investimentos nos próximos quatro anos, sem prejuízo de sua atualização e adequação aos ciclos subsequentes de planejamento governamental. Sua implementação prevê mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação contínua, de modo a garantir a efetividade das ações propostas e sua compatibilidade com as transformações econômicas, sociais e ambientais do território.

A construção do PIDS-Juruá resultou de um amplo processo participativo, que envolveu reuniões técnicas, oficinas, escutas territoriais e seminário de identificação de demandas realizados com os atores sociais dos municípios que compõem o Vale do Juruá. Esse processo permitiu consolidar uma agenda de prioridades compartilhada pelos diversos atores locais, contribuindo para a definição de ações estratégicas voltadas à melhoria das condições de vida da população e ao fortalecimento das capacidades regionais.

O Plano propõe uma abordagem integrada para o desenvolvimento territorial, baseada na articulação entre instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa e diferentes esferas de governo. A transversalidade das políticas públicas e a cooperação institucional constituem elementos centrais para enfrentar os desafios históricos da região e potencializar suas vocações econômicas, sociais e ambientais.

Em sua essência, o Plano adota uma lógica de planejamento orientada a partir do território, na qual as prioridades identificadas pelos atores locais servem de referência para a formulação de ações, projetos e investimentos. Nesse processo, cabe à SUDAM, aos ministérios, aos demais órgãos federais, ao governo do estado do Acre e aos municípios atuarem de forma coordenada para viabilizar as ações e iniciativas prioritizadas.

Dessa forma, o PIDS-Juruá configura-se como um instrumento de articulação, coordenação e fortalecimento da governança territorial, concebido para transformar demandas locais em oportunidades concretas de desenvolvimento. Ao promover a convergência entre planejamento, participação social, execução de políticas públicas e responsabilidade socioambiental, o Plano reafirma o compromisso com um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e capaz de valorizar a diversidade cultural, social e ambiental que caracteriza a região do Vale do Juruá.

1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

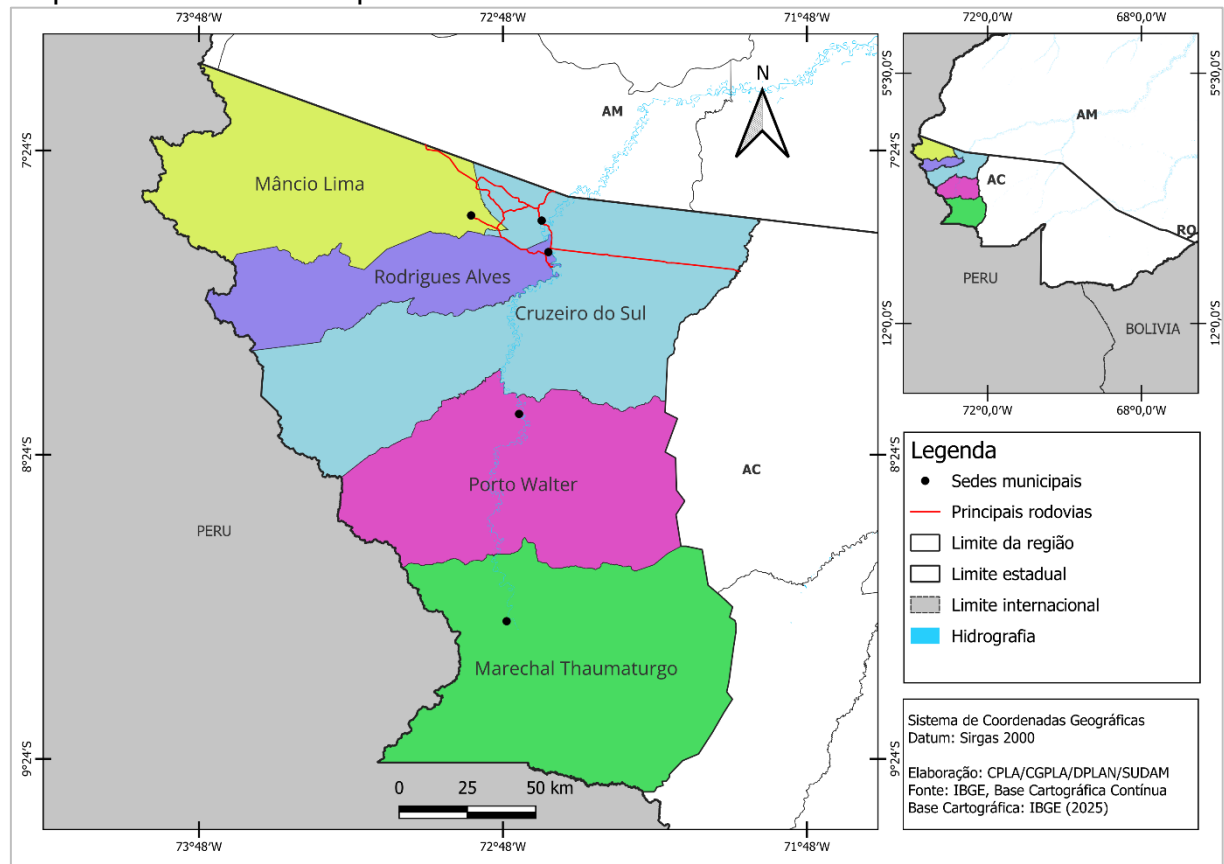
A região do Vale do Juruá, situada na porção ocidental do estado do Acre, configura-se como um território de elevada complexidade geográfica, socioeconômica e ambiental, cuja organização espacial é fortemente influenciada pela rede hidrográfica, com destaque para o rio Juruá e seus afluentes. Composta pelos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, a região apresenta uma estrutura territorial marcada por relativa descontinuidade física, baixa densidade demográfica e forte presença de áreas protegidas, incluindo terras indígenas e unidades de conservação. Tais características conferem ao território uma dinâmica geopolítica singular, na medida em que sua localização fronteiriça com o Peru e sua inserção na Amazônia Ocidental ampliam sua relevância estratégica no contexto da integração regional sul-americana, ao mesmo tempo em que impõem desafios relacionados à acessibilidade, à provisão de serviços públicos e à articulação intermunicipal.

1.1 ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E GEOPOLÍTICA REGIONAL

O Vale do Juruá é uma região situada no extremo oeste do estado do Acre, na fronteira com o Peru, caracterizada por sua localização estratégica na bacia do rio Juruá, afluente do rio Amazonas. Ocupa uma área significativa do território acreano de 31.928,20 km², equivalente a 19,5% do estado (IBGE, 2026). Essa região abrange principalmente os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter. Limita-se a norte com o estado do Amazonas, a leste com os municípios de Tarauacá e Jordão, ao sul e a oeste com o Peru (Mapa 1).

Possui mais de 80% de seu território coberto por florestas tropicais úmidas, abrigando populações tradicionais, comunidades indígenas de diversas etnias e extrativistas que dependem dos recursos naturais para subsistência. Apresenta seis unidades político-administrativas e abriga o Parque Nacional da Serra do Divisor, importante unidade de conservação federal que protege o ponto mais ocidental do Brasil.

Mapa 1 – Divisão Municipal do Vale do Juruá.



Fonte: IBGE (2025).

Os municípios que compõem o Vale do Juruá situam-se integralmente na faixa de fronteira brasileira, estabelecendo interface direta com o território peruano e assumindo relevância geoestratégica no contexto da Amazônia internacional. Essa inserção territorial os posiciona no denominado Arco Norte, recorte que abrange áreas da Amazônia Legal caracterizadas por desafios históricos de integração, baixa densidade de infraestrutura e limitada articulação com os principais centros econômicos nacionais. Nesse contexto, a região é reconhecida como um dos territórios prioritários da PNDR, em função de seus indicadores socioeconômicos, de sua condição periférica em relação aos eixos dinâmicos de desenvolvimento e de sua importância para a soberania nacional.

A região do Vale do Juruá apresenta um padrão demográfico caracterizado por baixa densidade populacional, distribuição espacial dispersa e forte concentração em um único polo urbano. Em 2022, a população regional foi de 153.948 habitantes, dos quais quase 60% residiam em Cruzeiro do Sul, município mais antigo e consolidado administrativamente, com 91.888 habitantes (Tabela 1).

Tabela 1 – Indicadores demográficos e territoriais dos municípios da região do Juruá - 2022.

Nível territorial	População 2022	Área (km ²) 2022	Densidade demográfica (hab./km ²) 2022	Ano de emancipação
Cruzeiro do Sul	91.888	8.783,47	10,46	1904
Mâncio Lima	19.294	5.451,62	3,54	1977
Marechal Thaumaturgo	17.093	8.190,95	2,09	1992
Porto Walter	10.735	6.446,39	1,67	1992
Rodrigues Alves	14.938	3.076,34	4,86	1992
Região do Juruá	153.948	31.948,77	4,82	-
Acre	830.018	164.173,43	5,06	-
Brasil	203.080.756	8.510.417,77	23,86	-

Fonte: IBGE (2022).

A extensão territorial significativa combinada ao baixo volume populacional, resulta em densidades demográficas reduzidas, com média regional de 4,82 hab/km², inferior à média estadual e significativamente abaixo da média nacional. Apenas Cruzeiro do Sul apresenta densidade mais elevada dentro do padrão regional, alcançando 10,46 hab/km², enquanto os outros municípios registram valores inferiores a 5 hab/km², indicando forte dispersão da população e desafios logísticos, especialmente pela forte dependência do transporte fluvial.

O processo histórico de formação político-administrativa da região também explica parte das atuais dinâmicas territoriais. A emancipação recente da maior parte dos municípios se reflete em instituições municipais ainda em consolidação, capacidades administrativas limitadas e dificuldades para planejamento urbano e territorial de longo prazo.

O conjunto desses fatores configura um território com forte polarização em torno de Cruzeiro do Sul, que concentra infraestrutura regional, serviços especializados e capacidade logística superior. Cruzeiro do Sul, considerando as condições locais da rede urbana estadual, destaca-se como centro regional (segundo município mais populoso do Acre, com pouco mais de 91 mil habitantes em 2022, 74% deles na área urbana) desempenhando importante centralidade na parte oeste do território acreano (alto vale do rio Juruá) e, inclusive, em espaços que lhe são tributários no estado do Amazonas. Assim, Cruzeiro do Sul aparece como um núcleo de referência para o vale do rio Juruá e configura-se como um caso nítido de centro regional, ainda que tecnicamente precário e incompleto (PEREIRA, 2013).

Ao mesmo tempo, indica a necessidade de políticas públicas adaptadas a contextos de baixa densidade e dispersão populacional, especialmente em setores como transporte, educação, saúde e assistência técnica rural. A integração territorial depende do fortalecimento das conexões fluviais e aéreas, da melhoria da infraestrutura urbana nas sedes municipais menores e de estratégias de desenvolvimento que reconheçam o papel central das comunidades ribeirinhas e extrativistas na dinâmica socioeconômica regional.

1.2 DINÂMICA DEMOGRÁFICA E SOCIAL

A região do Vale do Juruá apresentou crescimento populacional robusto entre 2010 e 2022, com variação de 17,07% e taxa geométrica anual de 1,32%, desempenho superior ao do Acre e mais que o dobro da média nacional (Tabela 2). Esse resultado indica uma dinâmica demográfica relativamente favorável, associada tanto ao crescimento vegetativo quanto à atração populacional intraestadual. Cruzeiro do Sul, principal polo regional, manteve crescimento alinhado à média da Região e reforçou sua centralidade demográfica, concentrando a maior parcela da população e sustentando a expansão regional.

Tabela 2 - População residente nos municípios do Vale do Juruá, Acre e Brasil em 2010 e 2022.

Nível territorial	População 2010	População 2022	Variação 2010/2022 (%)	Taxa de crescimento geométrico
Cruzeiro do Sul	78.507	91.888	17,04	1,32
Mâncio Lima	15.206	19.294	26,88	2,00
Marechal Thaumaturgo	14.227	17.093	20,14	1,54
Porto Walter	9.176	10.735	16,99	1,32
Rodrigues Alves	14.389	14.938	3,82	0,31
Região	131.505	153.948	17,07	1,32
Acre	733.559	830.018	13,15	1,03
Brasil	190.755.799	203.080.756	6,46	0,52

Fonte: IBGE (2022).

No recorte municipal, observa-se uma heterogeneidade importante entre os municípios que compõem a região. Enquanto Cruzeiro do Sul, principal polo urbano regional, concentra o maior contingente populacional e mantém crescimento consistente (17,04%), municípios como Rodrigues Alves apresentam baixo dinamismo, indicando possíveis processos de estagnação ou até perda de atratividade relativa. Já Marechal Thaumaturgo e Porto Walter apresentam crescimento intermediário, refletindo dinâmicas locais mais moderadas,

possivelmente condicionadas por limitações de acessibilidade, infraestrutura e diversificação econômica.

A análise integrada dos indicadores socioeconômicos evidencia que a dinâmica demográfica da região está fortemente condicionada por um contexto estrutural de vulnerabilidade socioeconômica, conforme expresso pela tipologia da PNDR (2025), que classifica todos os municípios como de Baixa Renda e Baixo Dinamismo (Tabela 3). Os níveis de desenvolvimento humano (IDHM – 2010) variam entre 0,501 em Marechal Thaumaturgo e 0,664 em Cruzeiro do Sul, situando-se, em geral, abaixo da média estadual (0,663) e significativamente inferiores ao índice nacional (0,727). Esse quadro revela que, embora haja crescimento populacional recente na região, ele não é acompanhado por avanços proporcionais nas condições de vida, indicando a persistência de déficits estruturais em educação, renda e longevidade.

Tabela 3 - Informações sobre Tipologia da PNDR, IDHM, IPS, IDSC e IGM-CFA.

Município	Tipologia PNDR (2025)	IDHM (2010)	IPS (2025)	IDSC (2023)	IGM-CFA (2023)
Cruzeiro do Sul	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	0,664	54,66	41,91	5,43
Mâncio Lima	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	0,625	53,62	47,18	4,62
Marechal Thaumaturgo	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	0,501	48,43	38,60	4,50
Porto Walter	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	0,532	52,44	48,07	4,38
Rodrigues Alves	Baixa Renda e Baixo Dinamismo	0,567	52,38	44,50	5,58

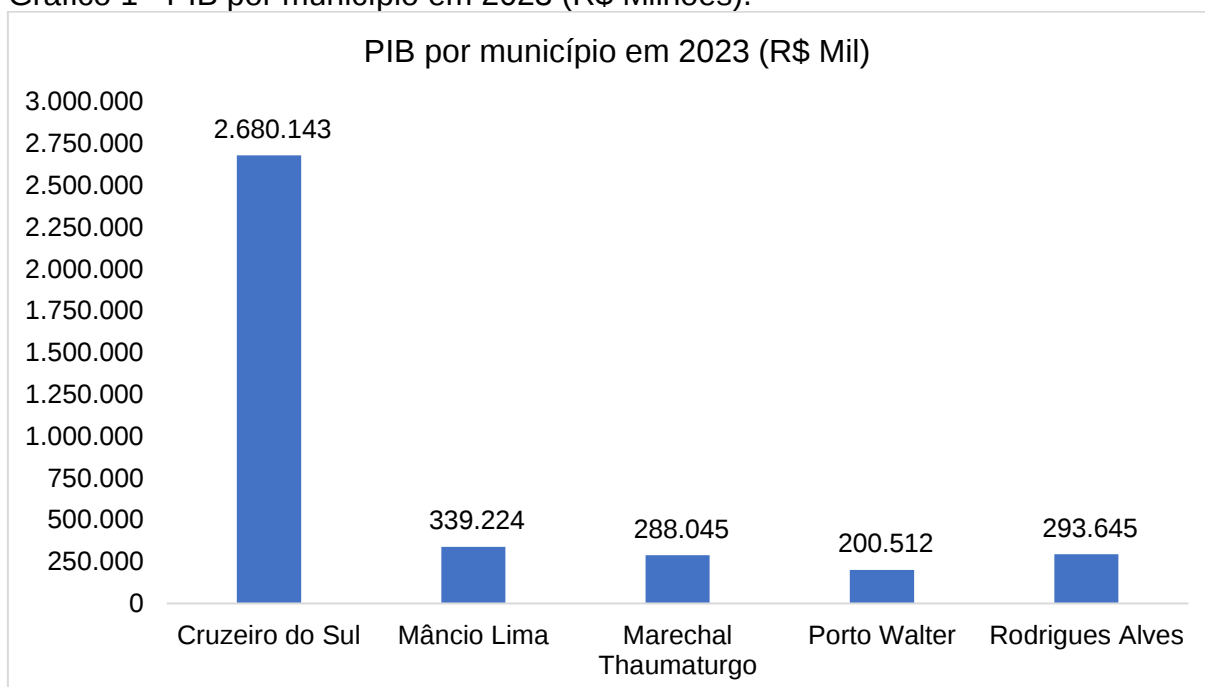
Fonte: PNUD (2010); ICS (2023); CFA (2023); IMAZON (2025); MIDR (2025).

Adicionalmente, os indicadores mais recentes, como o IPS (2025), o IDSC (2023) e o IGM-CFA (2023), reforçam a leitura de fragilidade socioeconômica e institucional. Municípios como Marechal Thaumaturgo apresentam os menores níveis de progresso social (IPS 48,43) e desenvolvimento sustentável (IDSC 38,60), refletindo condições mais críticas de acesso a serviços e infraestrutura. Por outro lado, Mâncio Lima e Rodrigues Alves apresentam desempenho relativamente melhor em alguns indicadores, mas ainda aquém das médias estadual e nacional, evidenciando avanços pontuais, porém insuficientes para alterar a tipologia regional.

1.3 DINÂMICA ECONÔMICA E ESTRUTURA PRODUTIVA

A análise dos dados de PIB e PIB *per capita* da região do Vale do Juruá evidencia uma economia regional de baixa escala, com forte concentração produtiva em Cruzeiro do Sul, responsável por aproximadamente 70% do PIB regional (R\$ 2,68 bilhões). Os demais municípios apresentam participação reduzida e economias pouco dinâmicas, cujos PIBs individuais são relativamente baixos e indicam limitada capacidade de geração de riqueza (Gráfico 1). Esse padrão reforça a centralidade de Cruzeiro do Sul como polo econômico e a dependência dos demais municípios em relação a essa centralidade.

Gráfico 1 - PIB por município em 2023 (R\$ Milhões).



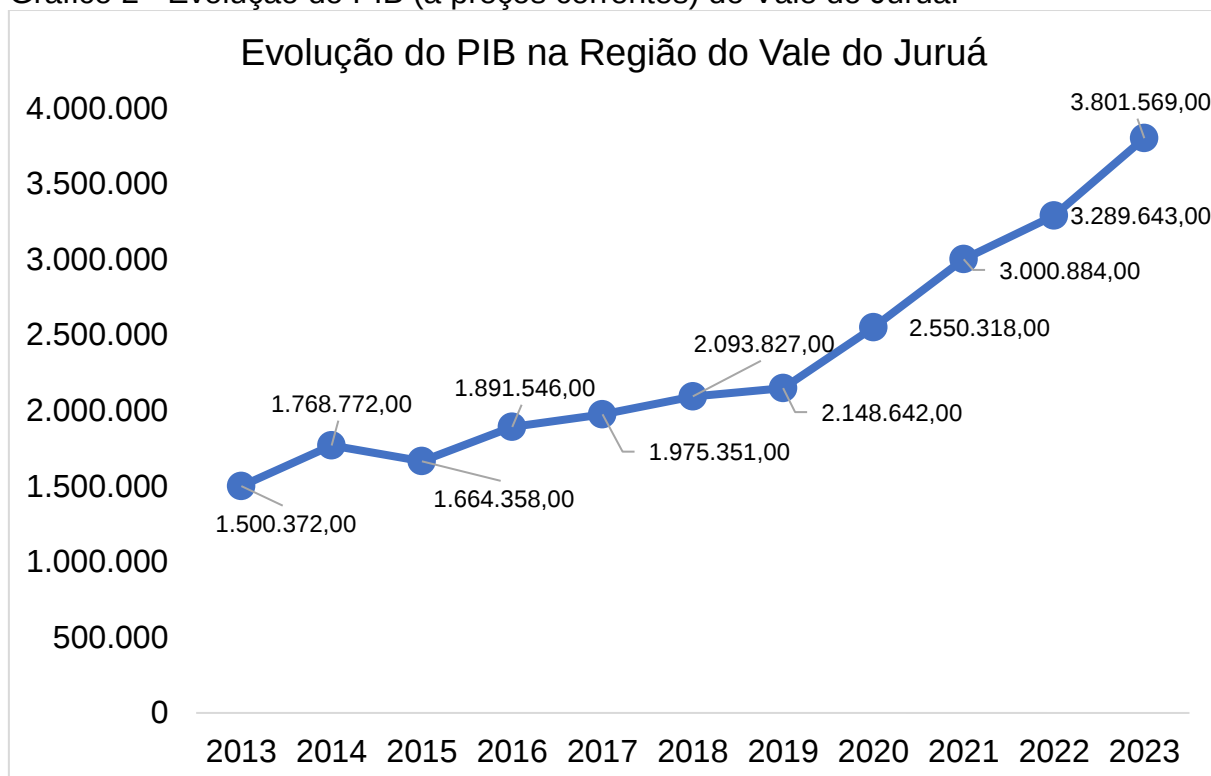
Fonte: IBGE (2023).

A evolução do PIB da região, entre 2013 e 2021, evidencia crescimento significativo, com o produto praticamente dobrando de R\$ 1,50 bilhão para R\$ 3,00 bilhões, apesar de uma queda pontual em 2015. A partir de 2016, observa-se uma trajetória contínua de expansão, com destaque para a aceleração entre 2020 e 2021, possivelmente influenciada por fatores conjunturais (Gráfico 2). Ainda assim, esse crescimento ocorre sem mudanças estruturais relevantes, mantendo a região com baixo dinamismo econômico e distante dos níveis médios do Brasil.

No que se refere ao PIB per capita, a região (R\$ 24.693,85) apresenta desempenho inferior ao do estado e muito aquém da média do Brasil (R\$ 53.886,67), evidenciando baixa produtividade e renda média reduzida. Mesmo o município com

maior indicador, Cruzeiro do Sul (R\$ 29.167,50), permanece abaixo da média estadual (R\$ 31.675,60), enquanto municípios como Marechal Thaumaturgo e Mâncio Lima registram os menores valores. Esse cenário confirma a existência de um padrão regional de baixo dinamismo econômico, com forte desigualdade interna e limitada capacidade de conversão do crescimento econômico em melhoria efetiva das condições de vida.

Gráfico 2 - Evolução do PIB (a preços correntes) do Vale do Juruá.



Fonte: IBGE (2023).

A estrutura setorial do PIB da região é marcada pela forte predominância do setor de serviços, especialmente da administração pública, comércio e atividades de baixa complexidade, refletindo elevada dependência do gasto estatal e reduzida diversificação econômica. O setor agropecuário apresenta participação relevante em alguns municípios, porém com baixa agregação de valor, enquanto a indústria tem peso pouco expressivo, evidenciando limitações estruturais na transformação produtiva.

A análise dos dados evidencia que a base produtiva rural do Vale do Juruá é fortemente ancorada em atividades tradicionais, com destaque para a agricultura de subsistência, o extrativismo e a pecuária extensiva. Na agricultura, predomina a lavoura temporária, especialmente a mandioca, que apresenta volumes expressivos

em todos os municípios, com maior concentração em Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves, refletindo seu papel central tanto na segurança alimentar quanto na geração de renda local, sobretudo pela produção de farinha. Outras culturas, como milho, banana e laranja, aparecem de forma complementar e com menor escala, indicando baixa diversificação produtiva e forte dependência de sistemas agrícolas pouco tecnificados.

Tabela 4 – Produção agrícola – 2024.

Município	Lavoura Temporária			Lavoura Permanente			Área Plantada (ha)
	Mandioca (ton)	Melancia (ton)	Milho (ton)	Banana (ton)	Café (ton)	Laranja (ton)	
Cruzeiro do Sul	56.929	1.040	852	5.665,0	113	260	4.633
Mâncio Lima	46.999	1.170	506	510,0	341	38	3.100
Marechal Thaumaturgo	37.003	1.242	825	1.426,0	-	51	3.068
Porto Walter	18.830	313	328	1.456,0	30	52	1.412
Rodrigues Alves	41.165	425	608	639,0	-	51	3.045
Região	200.926	4.190	3.119	9.696,0	484	452	15.258

Fonte: IBGE (2024).

O extrativismo mantém relevância econômica e sociocultural, ainda que com participação variável, baseado principalmente na coleta de produtos florestais, com destaque para a produção de açaí e a extração de lenha. A região responde por mais de um quarto da produção estadual de açaí e por mais de um terço da lenha extraída no Acre, indicando forte dependência e especialização em produtos florestais associados a sistemas tradicionais e de base familiar. A produção é relativamente bem distribuída entre os municípios, embora Cruzeiro do Sul concentre os maiores volumes (Tabela 5).

Tabela 5 - Extração vegetal e efetivo de rebanhos – 2024.

Município	Extração vegetal			Pecuária		
	Açaí (ton)	Lenha (m³)	Madeira (m³)	Bovino	Galináceos	Suíno
Cruzeiro do Sul	358	29.000	5.300	65.854	183.155	1.513
Mâncio Lima	223	6.473	4.513	31.209	76.407	2.480
Marechal Thaumaturgo	233	26.316	2.050	18.763	45.000	2.250
Porto Walter	136	13.800	800	23.256	25.500	1.550
Rodrigues Alves	132	14.000	1.500	32.751	60.587	2.450
Região	1.082	89.589	14.163	171.833	390.649	10.243

Fonte: IBGE (2024).

A pecuária no Vale do Juruá possui expressão mais modesta quando comparada ao conjunto do estado, especialmente na bovinocultura. Embora presente

em toda a região, caracteriza-se predominantemente pelo modelo extensivo, com baixa produtividade e avanço gradual sobre áreas de floresta, sobretudo nos municípios com maior acessibilidade (Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves e Mâncio Lima).

1.4 AGRICULTURA FAMILIAR, ORIENTAÇÃO TÉCNICA E CRÉDITO RURAL

O Vale do Juruá concentra um contingente expressivo de estabelecimentos agropecuários, totalizando 8.437 unidades, o que corresponde a 22,59% do total existente no Acre, ainda que a área ocupada por esses estabelecimentos represente apenas cerca de 7% da área agropecuária estadual (Tabela 6). Esse dado revela uma estrutura fundiária marcada pela predominância de pequenas e médias propriedades, com baixa concentração de terras. Cruzeiro do Sul se destaca como o principal polo regional, reunindo o maior número de estabelecimentos, a maior área agrícola e o maior contingente de pessoas ocupadas, refletindo sua centralidade econômica e demográfica. No conjunto da região, os estabelecimentos agropecuários ocupam cerca de 286,5 mil hectares e empregam mais de 25 mil pessoas, evidenciando a importância do setor para a geração de trabalho e renda.

A agricultura familiar é amplamente dominante no Vale do Juruá, respondendo por 7.522 estabelecimentos, o equivalente a 24% de todos os estabelecimentos familiares do Acre, e por cerca de 89% do total de unidades agropecuárias da região. Em termos de área, a agricultura familiar ocupa aproximadamente 63% da área agropecuária regional, o que reflete seu peso estrutural na organização do espaço rural. Ainda mais expressiva é sua participação na ocupação de mão de obra: dos 25.197 trabalhadores do setor agropecuário, 22.404 estão vinculados à agricultura familiar, o que corresponde a 22,13% do pessoal ocupado nesse segmento no estado. Esses dados confirmam o papel central da agricultura familiar na sustentação socioeconômica do Vale do Juruá, articulando produção de alimentos, manutenção de modos de vida tradicionais e fixação da população no território.

Com relação à condição do produtor em relação às terras, os dados indicam que a estrutura fundiária no Vale do Juruá é marcada pela presença de produtores com algum nível de acesso à terra. A maioria é composta por proprietários (54,04%), o que sugere relativa estabilidade em parte dos estabelecimentos, especialmente na agricultura familiar. No entanto, chama atenção o elevado contingente de assentados sem titulação definitiva (23,76%) e de ocupantes (16,68%), evidenciando fragilidades

no processo de regularização fundiária e maior vulnerabilidade desses produtores. As demais formas de acesso à terra, como comodatários, parceiros e arrendatários, têm participação pouco expressiva (Tabela 7).

Tabela 6 - Número, área e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários – 2017.

Município	Número de estabelecimentos agropecuários	Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	Número de estabelecimentos da agricultura familiar	Área dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar (ha)	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar
Cruzeiro do Sul	3264	132413	9421	2842	77549	8242
Mâncio Lima	1088	34151	3660	951	20810	3198
Marechal Thaumaturgo	1677	36255	4740	1503	16252	4231
Porto Walter	1116	37392	2511	1058	33825	2398
Rodrigues Alves	1292	46309	4865	1168	31807	4335
Região	8.437	286.520	25.197	7.522	180.243	22.404

Fonte: IBGE (2017).

Tabela 7 - Condição do produtor em relação às terras – 2017

Condição do produtor	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total	%
Proprietário(a)	3.933	626	4.559	54,04
Assentado sem titulação definitiva	1.878	127	2.005	23,76
Arrendatário(a)	11	1	12	0,14
Parceiro(a)	28	5	33	0,39
Comodatário(a)	233	20	253	3,00
Ocupante	1.283	124	1.407	16,68
Produtor sem área	156	12	168	1,99
Total	7.522	915	8.437	100,00

Fonte: IBGE (2017).

Quanto à assistência técnica e ao financiamento rural, os dados revelam um quadro de forte restrição de acesso a políticas estruturantes no Vale do Juruá. Apenas 1.100 estabelecimentos recebem assistência técnica, enquanto 7.337 não recebem, evidenciando uma cobertura extremamente limitada dos serviços de ATER na região. Situação ainda mais crítica é observada no acesso ao crédito, somente 303 produtores obtiveram financiamento, indicando baixa inserção nos mecanismos formais de fomento à produção (Tabela 8). Esse padrão se repete em todos os municípios, com destaque negativo para Cruzeiro do Sul, que, apesar de concentrar maior número absoluto de produtores atendidos, apresenta também um volume muito elevado de não atendidos.

Tabela 8 - Estabelecimentos agropecuários com assistência técnica e financiamentos-2017.

Município	Assistência técnica		Financiamentos	
	Recebe	Não recebe	Obteve	Não obteve
Cruzeiro do Sul	192	3072	150	3.114
Mâncio Lima	181	907	61	1.027
Marechal Thaumaturgo	382	1295	32	1.645
Porto Walter	200	916	10	1.106
Rodrigues Alves	145	1147	50	1.242
Região	1.100	7.337	303	8.134

Fonte: IBGE (2017).

1.5 TRABALHO E RENDIMENTO

O mercado de trabalho no Vale do Juruá é relativamente restrito e concentrado espacialmente, com forte predominância de Cruzeiro do Sul, que reúne 16.093 pessoas ocupadas, muito acima dos demais municípios, indicando seu papel como principal polo regional de emprego. Nos demais municípios, o número de ocupados é significativamente menor, refletindo economias locais pouco diversificadas e com baixa capacidade de absorção de mão de obra. Em termos de rendimento, observa-se um padrão geral de baixos salários, com médias entre 1,7 e 2,5 salários mínimos, demonstrando limitações na qualidade dos postos de trabalho e baixo dinamismo econômico (Tabela 9).

Do ponto de vista da estrutura setorial do emprego formal, há uma forte concentração no setor de serviços, especialmente nos municípios menores, onde essa participação ultrapassa 90% em Porto Walter e Rodrigues Alves, evidenciando elevada dependência da administração pública e de atividades pouco complexas. O comércio também possui participação relevante, sobretudo em Cruzeiro do Sul (32%) e Mâncio Lima (22%), reforçando o papel desses municípios como centros de circulação e distribuição de bens.

Tabela 9 - Empregos formais e salário médio mensal.

Município	Salário médio mensal 2023 (em salários mínimos)	Pessoal ocupado 2023	Participação do setor de serviços nos empregos formais em 2024 (%)	Participação do setor de comércio nos empregos formais em 2024 (%)
Cruzeiro do Sul	1,7	16.093	57	32
Mâncio Lima	2,5	1.259	72	22
Marechal Thaumaturgo	1,9	1.399	89	9
Porto Walter	1,8	922	93	4
Rodrigues Alves	2,0	1.284	93	2

Fonte: IBGE (2023); MTE (2024).

1.6 EDUCAÇÃO E SAÚDE

O desempenho educacional no Vale do Juruá é relativamente melhor nos anos iniciais do ensino fundamental e tende a cair nas etapas seguintes. Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves apresentam os melhores resultados iniciais do IDEB (5,7 e 5,4), alinhados ou próximos da média estadual e nacional. Já municípios como Marechal Thaumaturgo evidenciam maiores dificuldades desde as etapas iniciais (Tabela 10).

Nos anos finais do ensino fundamental, os indicadores registraram menores índices, com destaque para Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, indicando fragilidades na continuidade do aprendizado. No ensino médio, os índices permanecem baixos em toda a região (entre 3,4 e 3,9), todos abaixo da média nacional, o que reforça limitações estruturais nessa etapa.

A taxa de distorção idade-série é um dos principais pontos críticos, especialmente em Marechal Thaumaturgo (31,3%) e Porto Walter (20,1%), muito acima da média nacional (11,3), indicando atrasos escolares significativos. Mesmo nos melhores casos, como Mâncio Lima, os índices ainda são elevados.

Cruzeiro do Sul concentra a maior parte das matrículas (29.505), confirmando seu papel como polo educacional regional. Os demais municípios apresentam redes menores e mais dispersas, o que, associado às dificuldades de acesso e infraestrutura, contribui para as desigualdades educacionais observadas na região.

Tabela 10 - Indicadores educacionais na região do Vale do Juruá.

Nível territorial	IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) 2023	IDEB - Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) 2023	IDEB - ensino médio (Rede pública) 2023	Taxa de distorção idade-série no ens. fund. Público 2025	Número de matrículas na educação básica 2025
Cruzeiro do Sul	5,7	4,8	3,9	15,9	29.505
Mâncio Lima	4,8	4,3	3,5	14,0	6.565
Marechal Thaumaturgo	4,1	3,5	3,6	31,3	5.946
Porto Walter	4,6	3,5	3,5	20,1	4.114
Rodrigues Alves	5,4	4,1	3,4	15,9	6.236
Acre	5,7	4,7	3,9	19,7	242.727
Brasil	5,7	4,7	4,1	11,3	46.018.380

Fonte: INEP (2023, 2025).

Os indicadores de saúde na região evidenciam um cenário desigual entre os municípios, com resultados mistos em relação à mortalidade infantil. Mâncio Lima apresenta desempenho positivo (8,47‰), abaixo das médias estadual (16,93‰) e nacional (12,62‰), enquanto Rodrigues Alves também se mantém em patamar relativamente melhor. Por outro lado, Cruzeiro do Sul registra índice elevado (16,22‰), próximo da média do Acre, e Porto Walter (13,27‰) supera a média nacional, indicando persistência de fragilidades no acesso e na qualidade da atenção básica em parte da região.

Tabela 11 - Indicadores de saúde na região do Vale do Juruá.

Município	Mortalidade Infantil em 2023 (‰)	Taxa de homicídios de jovens 2022	Leitos hospitalares por mil hab em 2025
Cruzeiro do Sul	16,22	-	1,9
Mâncio Lima	8,47	18,67	2,1
Marechal Thaumaturgo	-	18,89	0,8
Porto Walter	13,27	60,48	1,1
Rodrigues Alves	10,53	22,87	1
Acre	16,93	46,38	1,8
Brasil	12,62	46,6	2,1

Fonte: IPEA (2022); IBGE (2023); FIOCRUZ (2025).

A infraestrutura hospitalar é limitada e inferior aos referenciais mais amplos, com destaque para a baixa disponibilidade de leitos em municípios como Marechal Thaumaturgo e Rodrigues Alves, o que contrasta com Mâncio Lima (2,1), único acima

da média estadual (1,8). Esse quadro reforça a concentração da capacidade assistencial e a dependência de deslocamentos para atendimento em unidades mais estruturadas.

No campo da violência, observa-se forte disparidade territorial. Porto Walter apresenta uma taxa extremamente elevada de homicídios de jovens (60,48), superando significativamente as médias estadual (46,38) e nacional (46,6), configurando situação crítica. Já Mâncio Lima (18,67) e Marechal Thaumaturgo (18,89) apresentam níveis mais baixos, enquanto Rodrigues Alves (22,87) ocupa posição intermediária. Em conjunto, os dados indicam que, além das limitações na infraestrutura de saúde, a violência juvenil representa um desafio relevante em parte da região, com impactos diretos sobre a vulnerabilidade social.

Em relação à violência, os dados indicam um cenário preocupante e desigual. Embora alguns municípios apresentem taxas mais moderadas de homicídios de jovens, como Mâncio Lima (18,67) e Marechal Thaumaturgo (18,89), Porto Walter se destaca com uma taxa extremamente elevada (60,48), acima das médias estadual (46,38) e nacional (46,6).

1.7 INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

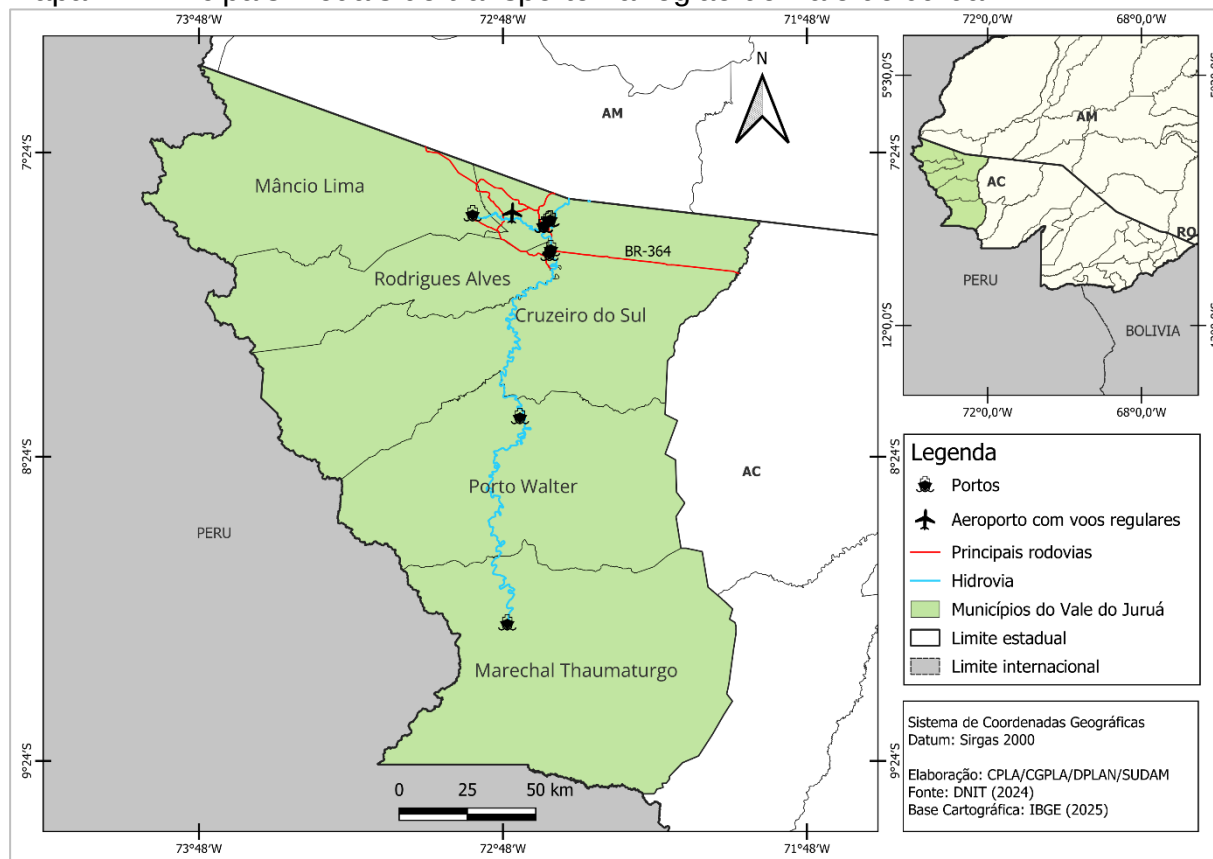
A infraestrutura de transportes no Vale do Juruá é marcada por forte condicionamento geográfico e elevada dependência de modais específicos, o que impacta diretamente o nível de integração regional. A região possui como acesso principal a BR-364, apesar de ainda apresentar deficiências de infraestrutura o que limita a fluidez do território. É ao longo dessa rodovia que se concentram as principais atividades produtivas e as maiores densidades de população do estado.

Há ainda estradas estaduais que conectam o município de Cruzeiro do Sul aos vizinhos Mâncio Lima e Rodrigues Alves. Cruzeiro do Sul também abastece vários outros municípios do vale do Juruá, inclusive alguns onde o acesso ocorre por meio dos rios ou pela aviação de pequeno porte (PEREIRA, 2013). Dessa forma, Cruzeiro do Sul configurou-se historicamente como uma referência estadual nesta porção do estado, exercendo influência sobre os outros municípios da região, por meio do transporte fluvial e rodoviário.

A baixa capilaridade das estradas e as dificuldades de trafegabilidade, especialmente em períodos chuvosos, restringem a integração intra-regional, sobretudo em direção aos municípios mais isolados, como Marechal Thaumaturgo e

Porto Walter, que não contam com conexão rodoviária contínua e dependem de alternativas logísticas.

Mapa 2 - Principais modais de transporte na região do Vale do Juruá.



Fonte: DNIT (2024); IBGE (2025).

Por outro lado, a hidrovia do rio Juruá desempenha papel estruturante na circulação de pessoas e mercadorias, funcionando como eixo de integração regional, principalmente para os municípios situados ao longo de seu curso. A presença de portos locais reforça essa dinâmica, ainda que com infraestrutura geralmente simples. Além disso, o transporte aéreo complementa o sistema, com aeroporto em Cruzeiro do Sul operando voos regulares e servindo como principal porta de entrada e saída da região.

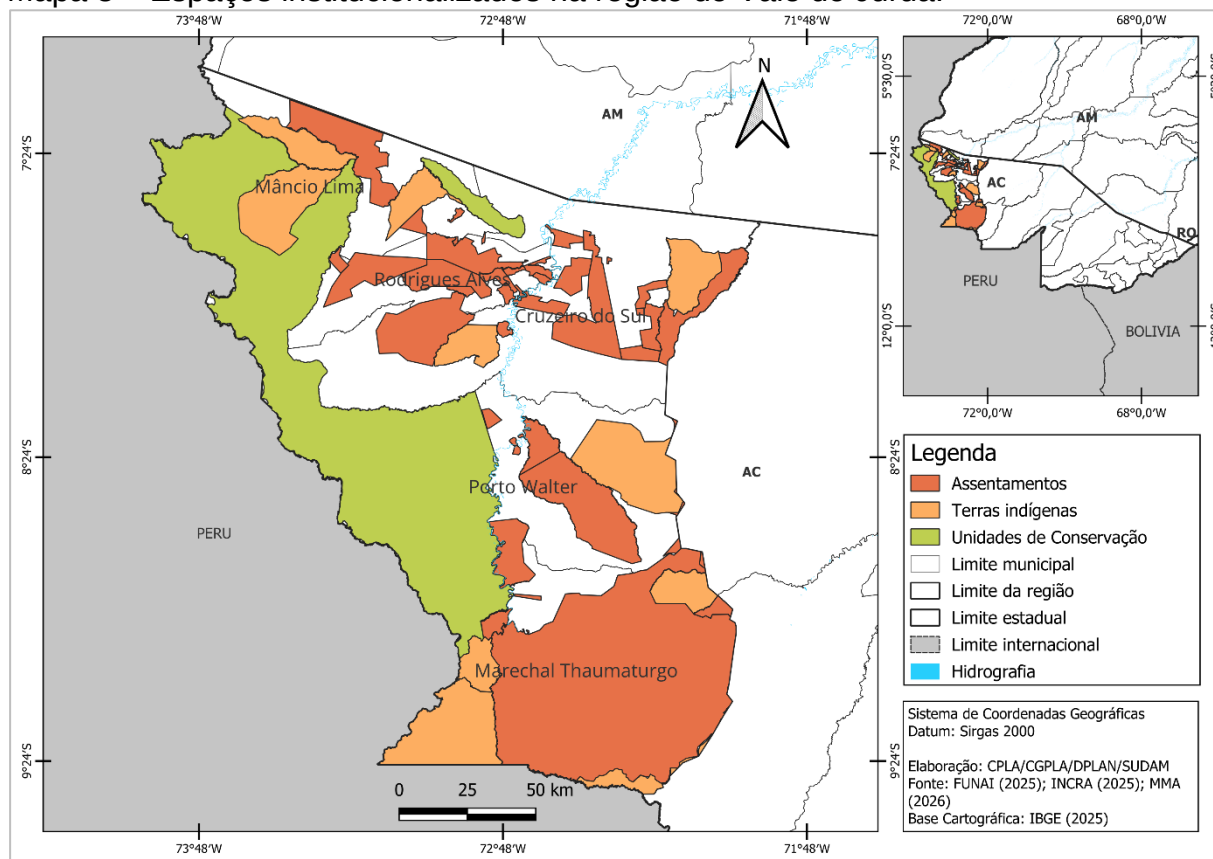
1.8 MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Na região do Vale do Juruá, parcela considerável de sua extensão territorial está ocupada por Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e Assentamentos Rurais. São aproximadamente 56 espaços institucionalizados, sendo 5 UCs com área de 1,8 milhões de hectares, 10 TIs com 430,7 mil hectares e 41 assentamentos da reforma agrária com 851,8 mil de hectares.

A região apresenta uma estrutura territorial fortemente marcada pela predominância de áreas protegidas, com baixa densidade de ocupação produtiva e

concentração das atividades econômicas em áreas específicas. As UCs formam um grande bloco contínuo na porção oeste da região, com destaque para o Parque Nacional da Serra do Divisor, ocupando uma parcela extensa e estratégica do território, especialmente na fronteira com o Peru (Mapa 3). Essas áreas configuram o principal elemento de proteção ambiental e representam a maior porção contínua preservada da região.

Mapa 3 – Espaços institucionalizados na região do Vale do Juruá.



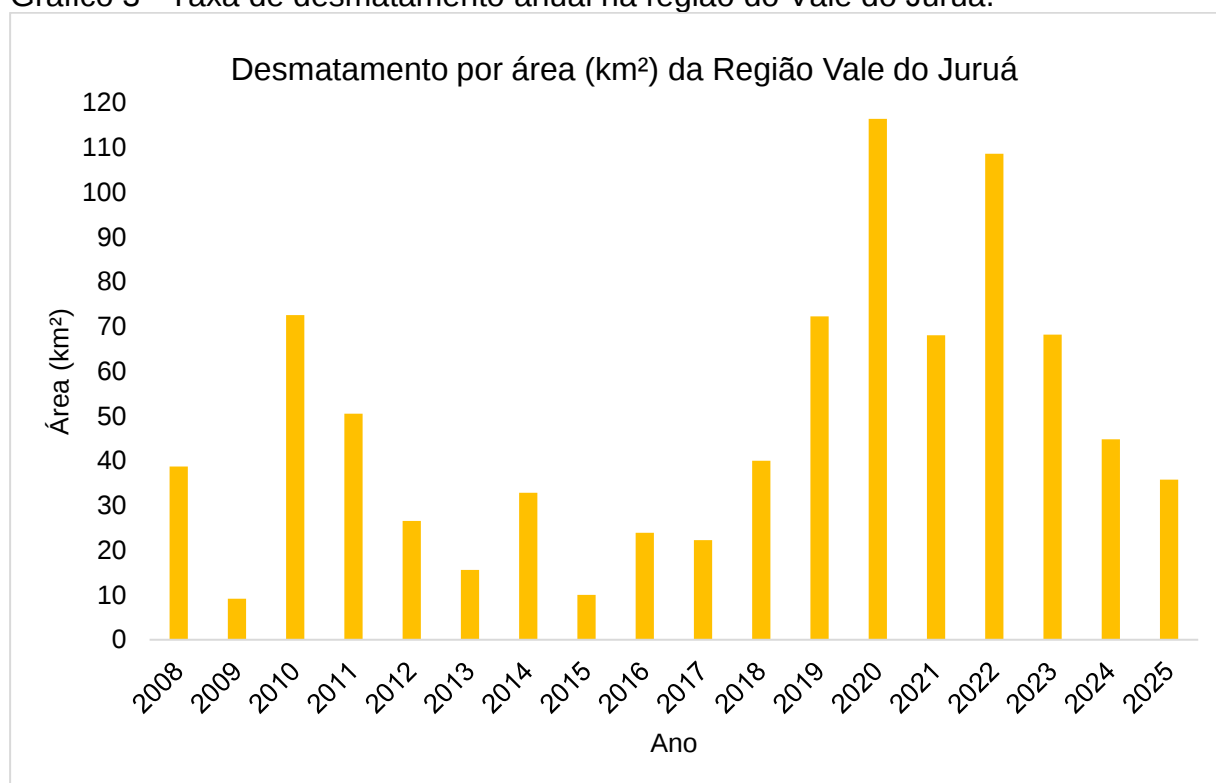
Fonte: FUNAI (2025); INCRA (2025); MMA (2026).

As TIs aparecem distribuídas em diferentes pontos do território, com maior concentração nas áreas mais isoladas e de difícil acesso. Elas se articulam espacialmente com as unidades de conservação, formando um mosaico de áreas protegidas que amplia a conectividade ecológica e reforça o caráter de conservação ambiental da região. Já os assentamentos rurais apresentam maior dispersão e concentram-se principalmente no entorno de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves e ao longo dos eixos de acesso (rodoviário e fluvial), indicando maior pressão antrópica nessas áreas.

O vale do Juruá apresenta uma situação privilegiada em função do baixo nível de antropismo, pois as áreas desmatadas, segundo dados do INPE, somaram até 2024 um total de 2.157,72 km², o que corresponde a 6,76% de sua extensão territorial.

A evolução do desmatamento na região revela um padrão cíclico, com períodos de forte intensificação seguidos por retrações. Entre 2008 e 2013 há oscilação com queda após o pico de 2010 (72,58 km²), atingindo um dos menores níveis em 2013 (15,59 km²). Um novo ciclo de alta ocorre a partir de 2018, culminando no pico histórico em 2020, seguido de redução em 2021, mas com nova elevação em 2022 (108,61 km²). A partir de 2023 observa-se tendência de queda, indicando desaceleração recente, embora ainda em patamar superior aos anos de menor pressão (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Taxa de desmatamento anual na região do Vale do Juruá.



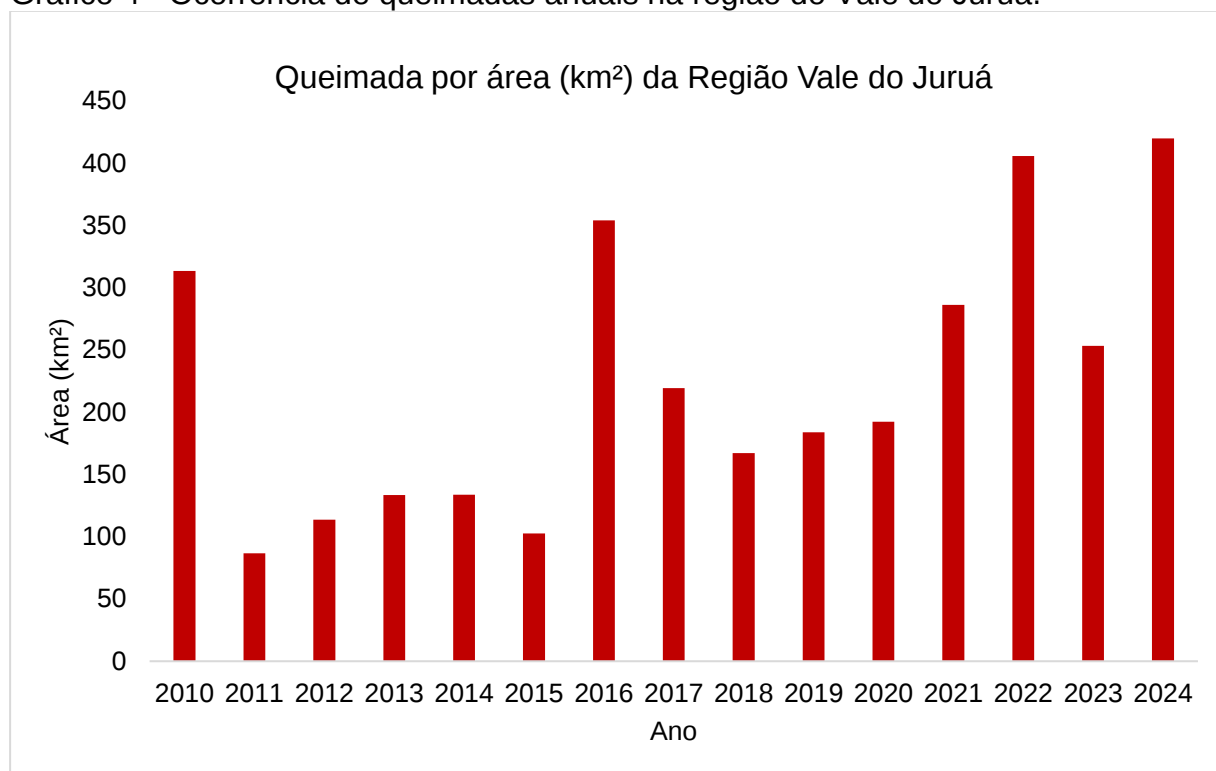
Fonte: INPE (2025).

Do ponto de vista municipal, Cruzeiro do Sul se destaca como principal vetor do desmatamento regional, com os maiores valores ao longo de toda a série e picos expressivos em 2020 e 2022, refletindo maior pressão associada à expansão urbana, infraestrutura e atividades agropecuárias. Rodrigues Alves também apresenta dinâmica relevante, com crescimento consistente até 2022, mantendo-se como área de atenção.

A dinâmica das queimadas também apresenta forte variabilidade interanual, com tendência de intensificação recente, semelhante ao observado no desmatamento, porém em escala mais elevada. Entre 2010 e 2015, os valores oscilam com redução após 2010 e relativa estabilidade até 2015. A partir de 2016 ocorre uma inflexão importante, com salto expressivo (354,24 km²), seguido de redução entre

2017 e 2019 (Gráfico 4). No entanto, um novo ciclo de crescimento se consolida a partir de 2020, atingindo o maior valor da série em 2024 (419,97 km²). Esse padrão indica aumento da pressão antrópica recente, associado ao uso do fogo como ferramenta de manejo e à expansão de áreas abertas.

Gráfico 4 - Ocorrência de queimadas anuais na região do Vale do Juruá.



Fonte: INPE (2025).

As queimadas na região são concentradas nos municípios mais dinâmicos economicamente, mas vêm se expandindo para áreas mais isoladas, reforçando um padrão de uso do fogo associado à abertura e manutenção de áreas produtivas. Neste sentido, Cruzeiro do Sul se destaca como principal foco de queimadas, com valores significativamente superior aos demais e crescimento acentuado nos anos recentes. Rodrigues Alves também apresenta alta recorrência e volumes elevados ao longo da série, com destaque para 2022 e 2024, configurando-se como área crítica.

2. OBJETIVOS DO PLANO INTEGRADO

O objetivo central do Plano Integrado é contribuir para a promoção de um desenvolvimento regional sustentável, inclusivo e territorialmente integrado, por meio da articulação entre planejamento estratégico, gestão pública, investimentos governamentais e participação social, assegurando que as políticas, programas e ações direcionados ao território respondam efetivamente às necessidades, potencialidades e desafios identificados junto às populações locais.

Mais do que um instrumento de planejamento, o Plano busca consolidar-se como um mecanismo permanente de articulação institucional e governança territorial, capaz de conectar as demandas da sociedade local às oportunidades oferecidas pelas políticas públicas federais, estaduais e municipais, fortalecendo a capacidade de coordenação entre os diversos atores envolvidos no desenvolvimento regional.

Nesse sentido, o Plano estrutura-se com base em quatro diretrizes complementares:

1. **Abrangência e participação** - adota uma abordagem territorial participativa, construída a partir do diálogo com lideranças comunitárias, povos indígenas, populações tradicionais, setor produtivo, organizações da sociedade civil e instituições públicas, de modo a refletir as múltiplas realidades e especificidades socioculturais presentes no Vale do Juruá;
2. **Inovação e fortalecimento institucional** - adota metodologias, instrumentos e arranjos de governança capazes de aprimorar a gestão pública, ampliar a efetividade das políticas territoriais e fomentar soluções inovadoras voltadas ao desenvolvimento sustentável;
3. **Integração de políticas e investimentos** - promove a convergência entre ações, programas e investimentos das diferentes esferas governamentais, garantindo alinhamento com os instrumentos de planejamento regional e nacional, especialmente a PNDR, o PRDA e o PPA;
4. **Dinamização do desenvolvimento local** - busca dinamizar a economia regional, fortalecendo cadeias produtivas sustentáveis, a inclusão social e a valorização dos saberes e práticas tradicionais.

Dessa forma, o Plano concentra esforços na articulação entre as demandas identificadas no território e os instrumentos de planejamento e financiamento disponíveis, contribuindo para que as iniciativas públicas e privadas estejam alinhadas às prioridades de desenvolvimento sustentável do Vale do Juruá.

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos objetivos, das condições necessárias para sua implementação e das ações estratégicas correspondentes, demonstrando as responsabilidades compartilhadas entre os diferentes atores envolvidos e os caminhos para a operacionalização do Plano.

Quadro 1 – Estratégia de formulação e implementação do plano.

Continua

OBJETIVO	VIABILIDADE	AÇÃO
Realizar diagnóstico territorial do Vale do Juruá.	Compreensão das condições socioeconômicas, ambientais, institucionais e culturais que caracterizam o território.	Levantamento de dados secundários, revisão bibliográfica, oficinas participativas e visitas técnicas à região.
Definir objetivos, metas e prioridades estratégicas.	Estabelecimento de diretrizes e metas ao desenvolvimento sustentável do território em diferentes horizontes temporais.	Realização de reuniões técnicas, oficinas e diálogo com instituições e representantes locais.
Articular parcerias para transformar demandas territoriais em projetos estruturantes.	Cooperação entre instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil para qualificar propostas e ampliar sua capacidade de execução.	Formalização de parcerias, acordos de cooperação e mecanismos de apoio à elaboração de projetos estratégicos.
Incorporar estratégias de desenvolvimento sustentável baseadas nas potencialidades locais.	Identificação de oportunidades e iniciativas capazes de promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental do território.	Escuta ativa junto aos atores locais e instituições que desenvolvam trabalhos com o público alvo do plano.
Fortalecer a gestão sustentável dos recursos naturais.	Construção de diretrizes voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais, incluindo práticas de manejo que preservem a biodiversidade.	Diálogo com instituições, comunidades e especialistas envolvidos com a gestão ambiental e territorial.
Identificar as demandas prioritárias para o território.	Promoção da formação profissional, técnica e comunitária como instrumento de inclusão social e desenvolvimento territorial.	Articulação de programas e ações de capacitação por meio de parcerias institucionais.

OBJETIVO	VIABILIDADE	AÇÃO
Garantir a participação social e controle social.	Fortalecimento dos mecanismos de participação da sociedade na formulação, implementação e acompanhamento do Plano.	Realização de reuniões periódicas e espaços permanentes de diálogo entre os membros do Comitê Gestor do Plano.
Articular políticas públicas e parcerias em resposta às demandas do território.	Integração entre programas governamentais e iniciativas de parceiros estratégicos para ampliar a efetividade das ações.	Coordenação permanente entre instituições governamentais, organizações sociais e setor produtivo.
Realizar Monitoramento e Avaliação do Plano	Acompanhamento sistemático das ações, metas e resultados alcançados, promovendo transparência e aperfeiçoamento contínuo.	Elaboração de relatórios periódicos, definição de indicadores e implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação.
Vincular as demandas do Plano às diretrizes e prioridades do FNO e FDA.	Ampliação do acesso a recursos financeiros por meio da inclusão de dispositivos que permitam o atendimento das demandas do Plano com recursos do FNO e do FDA.	Promoção do alinhamento entre as prioridades do Plano e os instrumentos de financiamento existentes, mediante resolução do MIDR e da SUDAM.
Mobilizar instâncias de governança e coordenação regional, como o CORIFF	Articulação de apoio com os membros do CORIFF para atendimento das demandas do Plano.	Articulação contínua entre os membros do Comitê de Governança do Plano e do CORIFF.
Ampliar a articulação com parceiros públicos e privados.	Construção de uma rede colaborativa voltada à promoção do desenvolvimento regional integrado.	Estabelecimento de canais permanentes de diálogo e cooperação entre governos, setor produtivo, instituições de ensino, organizações sociais e demais parceiros estratégicos.

Fonte: SUDAM (2025).

Em síntese, o Plano tem como propósito promover um modelo de desenvolvimento territorial integrado, sustentável e inclusivo para o Vale do Juruá, buscando conciliar crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e valorização da diversidade sociocultural, em consonância com os princípios da PNDR, do PRDA, dos ODS da Agenda 2030 e demais políticas públicas voltadas ao território.

3. METODOLOGIA

A formulação do PIDS-Juruá foi orientada por uma metodologia integrada, participativa e multiescalar, comprometida com a escuta qualificada dos atores locais e com a articulação interinstitucional entre os entes federais, estaduais e municipais envolvidos no desenvolvimento regional. Essa abordagem está em consonância com as diretrizes da PNDR e do PRDA, que enfatizam a integração de escalas de governo e a promoção de estratégias territoriais baseadas na participação social e na equidade regional.

No processo de articulação interinstitucional, buscou-se garantir a convergência entre diferentes instrumentos de planejamento e políticas públicas voltadas à região, assegurando coerência entre as ações propostas e os programas governamentais existentes. Tal perspectiva reconhece o território do Vale do Juruá como um espaço de múltiplas interdependências sociais, econômicas e ambientais, demandando coordenação entre diferentes níveis de governança e atores institucionais.

O processo metodológico adotado alinhou-se aos principais instrumentos de planejamento público, especialmente ao PRDA 2024–2027, ao PPA Federal 2024–2027, à Agenda Acre dez anos, ao Programa Cidades Intermediadoras e ao Plano de Integração da Faixa de Fronteira (PDIFF), estes últimos coordenados pelo MIDR de modo a ampliar as possibilidades de articulação institucional, captação de recursos e efetividade das ações propostas. A iniciativa buscou integrar os planejamentos com foco territorial de forma a apresentar demandas e políticas convergentes para a região do Juruá. Nesse contexto, o Plano Integrado configura-se como instrumento complementar, voltado à qualificação e territorialização das políticas públicas no Vale do Juruá.

O resultado desse processo visa contribuir para o fortalecimento das atividades econômicas sustentáveis, das organizações sociais locais e das capacidades institucionais, promovendo o desenvolvimento regional em bases inclusivas e ambientalmente responsáveis. A metodologia adotada articula dimensões econômica, social, ambiental, cultural e territorial, conforme apresentado no Infográfico 1.

Infográfico 1 – Dimensões do Plano

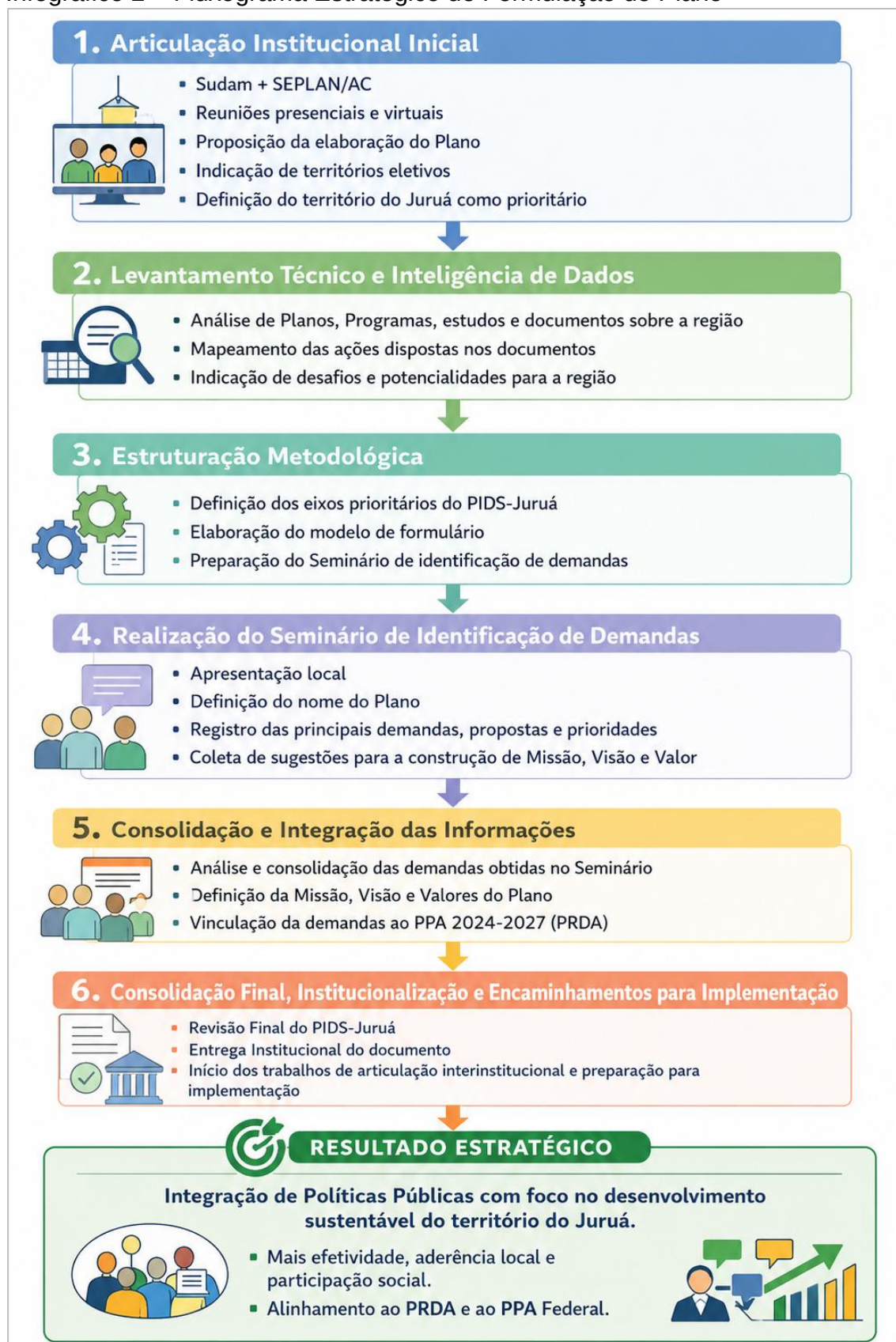


Fonte: SUDAM (2026).

Ademais, reconheceu-se o protagonismo dos atores locais como elemento central do processo de elaboração do Plano, assegurando sua participação ativa na identificação de demandas e na construção das propostas. Esse princípio metodológico reforça a escuta qualificada como instrumento de legitimação das políticas públicas e elemento fundamental para a efetividade das estratégias territoriais.

O Infográfico 2 apresenta o fluxograma com as etapas de formulação do plano integrado.

Infográfico 2 – Fluxograma Estratégico de Formulação do Plano



Fonte: Sudam (2026).

O processo metodológico estruturou-se em etapas sequenciais e complementares. Inicialmente, foi realizada a fase de planejamento e articulação institucional, na qual a equipe técnica promoveu o alinhamento conceitual e

metodológico do Plano, bem como o levantamento de informações secundárias e referenciais estratégicos relevantes para a região do Vale do Juruá.

A escolha do Vale do Juruá como território do plano integrado partiu da menção do governo do estado do Acre e das análises preliminares dos indicadores socioeconômicos e ambientais daquele estado. Os planos integrados têm como estratégia contemplar territórios com baixos indicadores sociais, aqueles resultantes de enclaves econômicos ou que estejam em processos de alavancagem produtivas. Citam-se como exemplos os arquipélagos do Marajó/PA e Bailique/AP, os territórios indígenas/RR e o Lago de Tucuruí/AP. No caso do Vale do Juruá, foi determinante a presença de baixos indicadores socioeconômicos, mas também a estruturação de cadeias produtivas como de produção de farinha de mandioca e a cafeicultura.

A SUDAM estabeleceu um processo de articulação junto ao governo do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN/AC) com a apresentação da proposta de construção do plano integrado. A articulação envolveu reuniões presenciais e virtuais entre a Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas da Sudam (DPLAN/SUDAM) e a SEPLAN/AC na presença dos seus titulares e entre as equipes técnicas. Na reunião presencial em Rio Branco/AC, em maio de 2025, a SUDAM propôs a construção de um plano e solicitou à Secretaria de Planejamento que indicasse os possíveis territórios eletivos, cuja resposta via e-mail indicaram a região do Purus, a de Tarauacá-Envira e a do Juruá.

A autarquia mapeou os indicadores das macrorregiões do Acre e identificou que a região do Purus e a do Juruá apresentavam maior vulnerabilidade. Verificou-se também que a região do Juruá estava inserida no Programa Cidades Intermediadoras e no PDIFF e, considerando-se as cadeias produtivas potenciais na região, esta foi definida como território prioritário para o plano integrado.

Visando a integração entre o planejamento proposto e aquele desenvolvido pelo governo do Acre, a SUDAM solicitou a disponibilização de documentos, estudos, planos e programas votados à região e que pudessem subsidiar a elaboração do plano integrado. A SEPLAN encaminhou um rol de arquivos que foram analisados pela equipe técnica da SUDAM e mapeadas as principais ações dispostas nesses documentos. As ações foram organizadas em folders com a indicação de potencialidades e desafios como forma de orientar as discussões dos grupos e o preenchimento das planilhas com as demandas.

Realizada a revisão da literatura o passo seguinte seria a realização do Seminário de identificação de demandas, configurando-se como o principal momento

de escuta ativa e construção coletiva do Plano. O seminário reuniu representantes do poder público, da sociedade civil, do setor produtivo e das instituições regionais, promovendo um ambiente de diálogo e colaboração.

A metodologia adotada conferiu ao Plano um caráter construtivista e participativo, fundamentado na identificação de ações prioritárias pelos atores locais, com indicação de localização, prazos e valores estimados para sua implementação.

O Seminário de Identificação de Demandas foi realizado em 30 de outubro de 2025, no município de Cruzeiro do Sul (AC), escolhido por sua localização estratégica no Vale do Juruá e pela disponibilidade da infraestrutura necessária para a realização do evento.

Como etapa preparatória, foi promovida uma reunião virtual ampliada com representantes do Governo do Estado do Acre, da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul e de instituições regionais, com o objetivo de apresentar a proposta do Plano Integrado e a metodologia do seminário. Nesse processo, destacou-se o apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Tecnologia e Inovação (SDTI), que desempenhou papel fundamental na articulação da infraestrutura e do suporte logístico necessários à realização do evento.

O Seminário ocorreu no Centro de Referência para Inovação em Educação Barão do Rio Branco (CRIE) e contou com a participação de 114 pessoas e 63 instituições. O evento começou às 9h com a composição da mesa de abertura formada pelo Secretário de Planejamento do Estado do Acre, Sr. Ricardo Brandão; pela Vice-Prefeita de Cruzeiro do Sul, Delcimar Leite; pela SUDAM, representada virtualmente pelo Superintendente Paulo Rocha; além de representantes dos produtores rurais e instituições regionais.

Após a abertura do evento, a SUDAM conduziu os trabalhos apresentado os objetivos do Plano e a dinâmica das atividades. Nessa etapa, os participantes deliberaram pela adoção do nome “Plano do Vale do Juruá”, em substituição à denominação inicialmente proposta, “Plano da Região do Juruá”.

Em seguida, os participantes foram distribuídos em cinco grupos de trabalho, correspondentes aos cinco eixos temáticos do Plano: Cadeias Produtivas Sustentáveis; Bem-Estar Humano; Infraestrutura e Logística; Meio Ambiente e Ordenamento Territorial; Governança e Integração Fronteiriça. Cada grupo contou com um mediador escolhido pelos próprios participantes, responsável por orientar os debates e sistematizar as contribuições, enquanto a SUDAM atuou na supervisão geral dos trabalhos.

Como diferencial metodológico, as planilhas utilizadas nas oficinas foram disponibilizadas sem preenchimento prévio, possibilitando que as demandas emergissem diretamente da realidade local, com base nas experiências, percepções e prioridades identificadas pelos participantes. Ao longo das atividades, os grupos registraram coletivamente as principais demandas, propostas e ações para o desenvolvimento da região.

Essa abordagem assegurou maior aderência das informações coletadas às necessidades do território, além de fortalecer o protagonismo local e a corresponsabilidade dos atores envolvidos no processo de planejamento.

Os grupos também foram orientados a apresentar propostas de missão, visão e valores para o Plano Integrado. Posteriormente, as contribuições recebidas foram sistematizadas e consolidadas pela SUDAM. Os resultados desse processo participativo e da construção coletiva encontram-se sintetizados no Infográfico 3.

Infográfico 3 - Missão, Valores e Visão do Plano definidos no processo participativo.



Fonte: SUDAM (2026).

Após a realização do seminário, iniciou-se a fase de sistematização e análise técnica das informações coletadas. Nessa etapa, as contribuições registradas foram consolidadas, organizadas e padronizadas pela equipe técnica, envolvendo a agregação de propostas convergentes, a eliminação de redundâncias e a estruturação analítica das demandas.

Em seguida, as demandas foram alinhadas aos instrumentos de planejamento governamental, especialmente o PRDA e o PPA Federal, com o objetivo de identificar oportunidades de financiamento, promover a articulação institucional e ampliar a viabilidade de implementação das ações propostas.

A etapa subsequente consistiu na estruturação estratégica do Plano, quando as demandas foram organizadas em programas, ações e iniciativas, articuladas aos eixos temáticos definidos e alinhadas às agendas de desenvolvimento sustentável, especialmente os ODS, conforme apresentado no Infográfico 4.

Infográfico 4 - Eixos do PIDS-Juruá alinhados aos ODS.

EIXOS	ODS
Cadeias Produtivas Sustentáveis Fortalecer as atividades econômicas que gerem renda e emprego, mas de forma equilibrada, respeitando o meio ambiente e garantindo benefícios duradouros para as comunidades. Inclui atividades produtivas ligadas à indústria, agricultura, pecuárias, comércio e serviços, inovação produtiva dentre outros.	       
Bem-estar Humano Garantir melhores condições de vida, com acesso à saúde, educação, ciência, moradia, saneamento básico, assistência social e inclusão, cultura, esporte e lazer, valorizando as pessoas e reduzindo desigualdades.	      
Infraestrutura e Logística Implantar ambiente seguro e estruturante nas estradas, vicinais, portos, energia, transporte e comunicação, facilitando a integração entre regiões e o escoamento da produção favorecendo a logística regional.	   
Meio ambiente e Ordenamento Territorial Assegurar a proteção da natureza e planejar o uso do território de forma organizada, garantindo sustentabilidade e qualidade de vida para as gerações futuras.	     
Governança e Integração Fronteiriça Fortalecer a gestão pública com transparência e qualidade na prestação dos serviços públicos. Promover a gestão integrada com os municípios pertencentes aos países fronteiriços.	   

Fonte: SUDAM (2026).

Por fim, o Plano foi submetido ao processo de revisão institucional e formalização junto às instâncias competentes, visando à apreciação e aprovação na Diretoria Colegiada (DICOL) e no CONDEL/SUDAM. Paralelamente, foram estabelecidas as bases para sua implementação por meio de articulações contínuas com parceiros institucionais.

Em síntese, o Plano constitui um instrumento legítimo de planejamento territorial, construído a partir da escuta ativa realizada diretamente no território e na participação efetiva dos atores locais. Sua estrutura fundamenta-se na identificação e priorização de demandas territoriais, com indicação de prazos, atores envolvidos e potenciais fontes de financiamento, viabilizando a transformação das necessidades territoriais em ações concretas.

A metodologia adotada assegura maior aderência às realidades regionais, fortalece a governança territorial e amplia as possibilidades de implementação das ações propostas. Além disso, o alinhamento entre as demandas locais e os instrumentos de planejamento público fortalece a articulação institucional e amplia as oportunidades de parcerias.

O Anexo I apresenta o detalhamento desse alinhamento, evidenciando a relação entre as demandas identificadas no território e as ações previstas nos instrumentos de planejamento governamental, consolidando caminhos efetivos para a implementação das estratégias propostas.

4. MODELO LÓGICO

O Modelo Lógico é uma ferramenta de planejamento e gestão que permite compreender como os recursos mobilizados por uma política, plano ou programa são transformados em resultados concretos para a sociedade. Sua principal função é evidenciar a relação entre os meios empregados, as ações executadas e as mudanças que se pretende alcançar no território (IPEA, 2018).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2018), o modelo lógico é composto pelos seguintes elementos:

- **Insumos:** recursos necessários para a implementação do Plano, sejam físicos, financeiros, humanos, institucionais ou mesmo o conhecimento social. No contexto do Vale do Juruá, assumem especial relevância os conhecimentos produzidos pelos diferentes atores locais.
- **Atividades:** representam o conjunto de ações necessárias para a execução do Plano. Incluem, entre outras iniciativas, reuniões de articulação institucional, oficinas participativas, capacitações, assistência técnica, elaboração de projetos. Essas ações devem ser organizadas de forma integrada e sequencial, estabelecendo uma relação clara entre os recursos empregados e os resultados esperados.
- **Produtos:** são as entregas geradas a partir da execução das atividades. Podem ser representados por projetos elaborados, capacitações realizadas, parcerias formalizadas, estudos produzidos ou demais resultados tangíveis decorrentes das ações previstas. Em geral, cada atividade contribui para a geração de um ou mais produtos.
- **Resultados:** correspondem às mudanças observadas no curto e médio prazo em decorrência da implementação das ações do Plano. Essas mudanças podem se manifestar na melhoria das capacidades institucionais, no fortalecimento das organizações locais, na adoção de práticas produtivas sustentáveis.
- **Impactos:** referem-se às transformações estruturais de longo prazo produzidas no território. Entre os impactos esperados destacam-se a redução das desigualdades regionais, o fortalecimento da economia local, a melhoria das condições de vida da população.

O Infográfico 5 apresenta o modelo lógico para o PIDS do Vale do Juruá.

Infográfico 5 - Modelo lógico.



Fonte: SUDAM (2026).

Os eixos estratégicos e as ações previstas no Plano demandam diferentes tipos de insumos para sua implementação, podendo ser orçamentários/financeiros e não orçamentários/financeiros. Os recursos financeiros podem ser oriundos dos orçamentos da União, Estados e municípios bem como fundos constitucionais, fundos de desenvolvimento. Já os recursos não financeiros incluem conhecimentos técnicos e tradicionais, capacidades institucionais, redes de parceria e outras formas de mobilização comunitária.

As atividades representam os esforços operacionais necessários para a execução das ações planejadas. Os produtos, por sua vez, demonstram a eficácia dessas ações, materializando-se em projetos estruturados, investimentos viabilizados, parcerias estabelecidas e entregas concretas.

Os resultados expressam as mudanças produzidas no território a partir da implementação dessas ações e produtos. Os impactos representam as transformações mais amplas e duradouras ocorridas no território.

Com o objetivo de fortalecer a governança e aumentar a efetividade das ações propostas, o Plano incorpora como instrumento de gestão a Matriz de Risco (Anexo II). Essa ferramenta permite identificar, avaliar e monitorar fatores que possam comprometer a execução das ações e o alcance dos resultados previstos.

5. DEMANDAS PRIORITÁRIAS, AÇÕES PROPOSTAS E FONTES DE RECURSOS

Considerando as 98 demandas sociais prioritárias identificadas ao longo do processo de construção participativa do Plano, esse documento consolida e sistematiza um conjunto de propostas de ações estratégicas voltadas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

As ações apresentadas resultam de um processo de escuta, análise, validação e qualificação das demandas territoriais, realizado com a participação de instituições públicas, organizações da sociedade civil, setor produtivo, povos indígenas, populações tradicionais e demais atores relevantes da região.

O processo de escuta territorial ocorreu por meio de encontros, reuniões técnicas, culminando com a realização do seminário de coleta/validação das demandas com os atores sociais dos municípios que compõem a região do Vale do Juruá, conforme pode-se visualizar no Anexo III.

As escutas ativas permitiram identificar os principais desafios, potencialidades e oportunidades de desenvolvimento existentes no território. Além da coleta das demandas, esses espaços possibilitaram sua validação e priorização pelos próprios atores locais, assegurando que as propostas incorporadas ao Plano reflitam as necessidades e expectativas da população regional.

As demandas validadas foram organizadas de acordo com os cinco eixos estratégicos que estruturam o Plano. Com o objetivo de orientar a implementação das ações, as 98 demandas prioritárias foram distribuídas em três horizontes temporais de execução:

- **Curto prazo (até 2 anos):** ações emergenciais, preparatórias e de rápida implementação;
- **Médio prazo (até 5 anos):** ações estruturantes voltadas à consolidação de políticas públicas, programas e investimentos prioritários;
- **Longo prazo (acima de 5 anos):** iniciativas destinadas à transformação estrutural do território, ao fortalecimento institucional e à consolidação de um modelo sustentável de desenvolvimento regional.

Os formulários apresentados no Anexo I deste documento sintetizam o conjunto das demandas priorizadas e sua relação com políticas públicas,

programas governamentais, fontes de financiamento e potenciais parceiros institucionais. Esse exercício busca identificar convergências entre as necessidades apontadas pela sociedade local e os instrumentos já existentes nos diferentes níveis de governo.

A metodologia adotada inspira-se na experiência de articulação institucional desenvolvida no âmbito do PRDA 2024–2027, que promoveu a integração entre os instrumentos de planejamento regional e o PPA Federal 2024–2027. Essa estratégia permitiu aproximar os objetivos do desenvolvimento regional das entregas previstas pelos diversos órgãos governamentais, fortalecendo a coordenação das políticas públicas voltadas para a Amazônia Legal.

No âmbito do PRDA 2024–2027, em 2025 pós revisão do PPA Federal 2024/2027, restou 79 Ações Estratégicas, 247 ações indicativas com 20 Ministérios Setoriais parceiros, resultando em 58 programas com 545 entregas institucionais e 26 medidas institucionais e normativas (MINs) sendo pactuadas.

O Quadro 2 apresenta, de forma ilustrativa, a correspondência entre os atributos do PRDA e os ministérios setoriais comprometidos com sua implementação na Amazônia Legal.

Quadro 2 – Relação entre o PRDA e os Ministérios Setoriais parceiros.

EIXOS DO PRDA	PROGRAMAS DO PRDA	MINISTÉRIOS PARCEIROS
Desenvolvimento Produtivo	Bioeconomia para o desenvolvimento sustentável	MIDR/MDIC/MDA/MCTI/MTUR/MMA
	Agropecuária Inclusiva e Sustentável	MAPA/MDA/MMA/MPA
	Indústria e Serviços Sustentáveis	MTUR/MinC/MDIC/MIDR
Pesquisa, Inovação e Educação	Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação da Amazônia	MCTI/MAPA/MS
	Qualificação do Capital Humano	MEC/MMA/MCTI
Infraestrutura Econômica e Urbana	Logística e Integração	MT/MPOR/ MCOM/MIDR
	Infraestrutura Rural e Urbana	MCID/MT/MME
Meio Ambiente	Sustentabilidade e Conservação Ambiental	MMA/MPI/MCTI/MME
Fortalecimento da Gestão e Governança Pública	Fortalecimento da Gestão e Governança Pública	MIDR/MCID
Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais	Inclusão Produtiva	MTE/MEC/MPI
	Bem-estar Social	MS/MEC/MJSP/MPI/MDHC

Fonte: SUDAM (2023).

O quadro constitui referência metodológica e técnica para a estruturação das ações do PIDS-Juruá, reforçando a importância da integração entre os instrumentos de planejamento territorial, a execução orçamentária federal, a responsabilidade tributária e as demandas sociais identificadas para a região do Vale do Juruá, bem como contribui para o monitoramento das ações do Plano.

No contexto do Vale do Juruá, a aplicação dessa abordagem busca fortalecer a articulação entre as demandas territoriais e os programas governamentais disponíveis, ampliando a capacidade de mobilização de recursos, investimentos e parcerias necessárias à implementação das ações previstas pelo Plano.

Dessa forma, as demandas priorizadas foram relacionadas aos eixos estratégicos do PIDS-Juruá e aos possíveis órgãos, programas e instrumentos capazes de contribuir para sua execução. Essa vinculação não constitui uma definição definitiva de responsabilidades, mas representa um referencial técnico para orientar a articulação institucional e a construção de agendas de cooperação voltadas ao atendimento das prioridades identificadas no território.

O Infográfico 6 apresenta uma síntese da relação entre as demandas territoriais, os eixos estratégicos do Plano e as oportunidades de articulação institucional para sua implementação.

Infográfico 6 – Síntese das demandas priorizadas e entregas por eixos.

 EIXOS DO PLANO	 Nº DE DEMANDAS POR EIXO	 MINISTÉRIOS SETORIAIS	 Nº DE ENTREGAS POR EIXO
 Cadeias Produtivas Sustentáveis	15	9	92
 Bem-Estar Humano	39	13	134
 Infraestrutura e Logística	12	7	50
 Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	24	8	96
 Governança e Integração Fronteiriça	8	6	43

Fonte: SUDAM (2026).

Os dados acima evidenciam que o eixo Bem-Estar Humano concentra o maior volume de demandas identificadas no território, além do maior número de entregas vinculadas no PPA Federal, demonstrando sua centralidade para a população do Vale do Juruá. Em seguida, destacam-se os eixos Meio Ambiente e Ordenamento Territorial e Cadeias Produtivas Sustentáveis, revelando elevado potencial de resposta governamental para temas relacionados à sustentabilidade ambiental e ao fortalecimento da base produtiva regional.

Cabe destacar ainda que, das 39 demandas registradas no eixo Bem-Estar Humano, quatro não possuem entregas correspondentes identificadas no PPA Federal, por tratarem de questões relacionadas à instalação e ampliação de agências bancárias, atendimento do INSS e equiparação salarial dos profissionais da educação. Dentre essas quatro demandas, duas estão vinculadas a órgãos e ministérios que não integram atualmente o rol de parceiros do PRDA, o que demandará articulação institucional complementar para viabilizar seu atendimento.

Em síntese, o Plano busca consolidar-se como um instrumento estratégico de planejamento participativo e territorializado, capaz de orientar investimentos públicos e privados de forma coordenada, eficiente e sustentável. Sua implementação está alinhada aos PNDR, do PRDA, dos ODS da Agenda 2030 e das demais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da Amazônia.

Considerando a prioridade atribuída à região do Vale do Juruá pelo governo estadual e pela SUDAM, bem como as articulações já realizadas com o Governo Federal, a implementação do Plano poderá ser apoiada por entregas previstas nos Programas Finalísticos do PPA 2024–2027 (Anexo I). A articulação e pactuação dessas entregas com os Ministérios Setoriais deverão integrar a estratégia de governança do PIDS-Juruá, incluindo a atualização periódica das demandas para alinhamento aos próximos ciclos do PPA Federal.

O Anexo I apresenta as demandas priorizadas, os recursos estimados para sua execução e os potenciais parceiros envolvidos em cada ação, tanto em âmbito regional quanto federal. Também são identificados os ministérios setoriais e as entregas previstas no PPA Federal 2024–2027 relacionadas às demandas do Plano, além das oportunidades de parceria com a iniciativa privada por meio de fundos de investimento vinculados aos temas priorizados.

O mapeamento dessas entregas evidencia a convergência entre as

demandas territoriais e as políticas públicas já previstas pelo Governo Federal, indicando possíveis fontes de financiamento e orientando a implementação das ações no território. Esse processo fortalece a articulação institucional, especialmente da SUDAM junto aos ministérios setoriais, ampliando as condições para a viabilização das iniciativas propostas.

Além dos recursos previstos no PPA, a implementação das ações poderá contar com os instrumentos de desenvolvimento regional operados pela SUDAM, como o FNO, o FDA, os Incentivos Fiscais e as transferências voluntárias. Somam-se a esses mecanismos outras fontes de financiamento de caráter nacional e internacional, a exemplo do Fundo Amazônia.

Nesse contexto, o conjunto de propostas apresentado neste Plano reflete a necessidade de promover um processo de desenvolvimento que valorize as potencialidades regionais, fortaleça as cadeias produtivas sustentáveis, amplie o acesso da população a serviços e oportunidades, preserve os recursos naturais e fortaleça a governança territorial. Trata-se de uma estratégia voltada à construção de um futuro mais próspero, inclusivo e sustentável para os municípios que compõem o Vale do Juruá.

6. SISTEMA DE GOVERNANÇA

O sistema de governança pode ser compreendido como o arranjo estruturado de mecanismos, processos decisórios, instâncias institucionais e práticas de gestão que orientam, de forma integrada, o ciclo das políticas públicas por meio da formulação, implementação, monitoramento e avaliação e assim assegurando alinhamento aos interesses coletivos, à legalidade, à eficiência e à geração de valor público (BRASIL, 2017).

No contexto do desenvolvimento regional, a governança assume papel fundamental ao promover coordenação interinstitucional, coerência entre instrumentos de planejamento e capacidade de resposta às dinâmicas territoriais, com foco em resultados mensuráveis e sustentáveis.

No âmbito da Administração Pública Federal, o Decreto nº 9.203/2017 instituiu a Política de Governança, estabelecendo princípios estruturantes como capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, *accountability* (prestação de contas e responsabilização) e transparência.

No que tange as diretrizes operacionais, destacam-se a simplificação administrativa, a integração de políticas e serviços públicos, a desburocratização e o fortalecimento da participação social nos processos decisórios, elementos essenciais para a efetividade das políticas territoriais.

O PIDS-Juruá está fundamentado nessa perspectiva de governança colaborativa. Sua construção ocorreu por meio de um amplo processo participativo, envolvendo diversos atores estratégicos da região. As escutas territoriais possibilitaram a incorporação de demandas concretas e diferenciadas, oriundas das vivências locais, qualificando o diagnóstico e ampliando a aderência das estratégias propostas às especificidades regionais.

Mais do que atender aos princípios da participação social, essa abordagem contribuiu para ampliar a legitimidade do Plano, fortalecer o diálogo entre instituições e aproximar as políticas públicas da realidade vivida pela população do território. A participação dos atores locais possibilitou incorporar conhecimentos, experiências e percepções fundamentais para a construção de soluções mais aderentes às especificidades do Vale do Juruá.

Nesse contexto, o modelo de governança do Plano deve estruturar-se como um arranjo colaborativo e multinível, capaz de integrar instituições federais, estaduais e municipais, além de organizações da sociedade civil e demais parceiros

estratégicos. Esse arranjo deverá operar por meio de mecanismos permanentes de articulação institucional, monitoramento, avaliação e participação social, assegurando maior efetividade à implementação das ações previstas.

O Infográfico 7 apresenta a arquitetura institucional para o sistema de governança do PIDS-Juruá.

Infográfico 7 - Modelo de governança



Fonte: SUDAM (2026).

O modelo de governança do PIDS-Juruá está estruturado em uma lógica de coordenação multinível, tendo como instância superior de orientação estratégica o CONDEL/SUDAM. Trata-se de órgão colegiado de natureza estratégica, responsável por articular interesses federativos e setoriais, consolidar demandas territoriais e promover a articulação entre os diferentes entes federativos e instituições envolvidas no desenvolvimento regional.

Instituído pela Lei Complementar nº 124/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 11.230/2022, o CONDEL/SUDAM reúne representantes do Governo Federal, dos estados da Amazônia Legal e de entidades representativas da sociedade e do setor produtivo regional, sob a presidência do MIDR. Essa composição confere ao Conselho capacidade de articulação interfederativa e alinhamento entre os instrumentos de planejamento nacional e regional.

No âmbito do PIDS-Juruá, o CONDEL/SUDAM exercerá o papel de instância máxima de validação institucional, responsável por aprovar as diretrizes gerais do Plano, acompanhar sua execução e orientar eventuais aperfeiçoamentos necessários ao longo de sua implementação.

No nível federal, além do MIDR, destacam-se como parceiros estratégicos os ministérios e órgãos com atuação relacionada aos eixos estruturantes do Plano, tais como o Ministério das Cidades (MCID), o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). A participação desses órgãos é fundamental para ampliar a integração de políticas públicas e potencializar a implementação das ações priorizadas. Outros ministérios e entidades poderão ser incorporados ao arranjo de governança, conforme deliberação do CONDEL/SUDAM, especialmente nas instâncias executivas e operacionais.

No âmbito estadual, o Governo do Estado do Acre desempenha papel essencial na articulação das políticas públicas e investimentos voltados ao território, por meio de suas secretarias, autarquias e instituições vinculadas. Sua atuação é estratégica para promover a convergência entre os instrumentos de planejamento estadual e as prioridades estabelecidas pelo Plano.

De igual modo, os municípios que compõem o Vale do Juruá constituem atores centrais para a implementação das ações previstas, uma vez que representam a esfera mais próxima da população e o espaço onde as políticas públicas se materializam.

A sociedade civil organizada configura elemento estruturante no sistema de governança do Plano. Organizações comunitárias, associações de produtores, cooperativas, sindicatos, instituições de ensino e pesquisa, entidades empresariais, organizações não governamentais, além de representantes dos povos indígenas e das populações tradicionais, contribuem para fortalecer a participação social, ampliar o controle social e qualificar os processos de tomada de decisão.

Considerando a posição geográfica do Vale do Juruá e sua relevância para as dinâmicas de integração amazônica, o modelo de governança também deverá estimular mecanismos de cooperação intermunicipal, interestadual e transfronteiriça, especialmente em temas relacionados à logística, gestão ambiental, saúde, segurança, comércio, turismo e desenvolvimento econômico sustentável.

Como instância executiva do Plano, propõe-se a criação de um Comitê Gestor por meio de Resolução do CONDEL/SUDAM. O Comitê deverá possuir composição

multissetorial e representativa. Sua função será coordenar a implementação das ações previstas, acompanhar a execução física e financeira das iniciativas, promover a articulação institucional e subsidiar os processos de monitoramento e avaliação.

A SUDAM exercerá a função de Secretaria-Executiva do Comitê Gestor, sendo responsável pela coordenação técnica dos trabalhos, pela sistematização das informações, pelo acompanhamento dos indicadores e pelo apoio às atividades de monitoramento, avaliação e prestação de contas.

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação são componentes cruciais na gestão de planos, programas ou projetos, sejam eles públicos ou privados. Segundo o Guia Prático de Análise *Ex Ante* de Políticas Públicas (BRASIL, 2018a), o processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas fornece informações fundamentais para verificar o desempenho de políticas, permitindo realizar ajustes ao longo de sua execução.

O monitoramento pode ser compreendido como o acompanhamento contínuo e sistemático dos processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas. Trata-se de informação mais simples e imediata sobre a operação e os efeitos da política. Esta visão em tempo real do desempenho é vital para evitar desperdícios de recursos e para maximizar o impacto das ações implementadas.

A avaliação, por outro lado, consiste em uma análise mais aprofundada dos processos, resultados e impactos produzidos pelo Plano. Segundo Brasil (2018a), a avaliação envolve a atribuição de valor às intervenções públicas, considerando critérios como eficiência, eficácia, efetividade, relevância e sustentabilidade, com o objetivo de aperfeiçoar as estratégias adotadas e fortalecer os processos de tomada de decisão.

Dessa forma, a avaliação permite compreender em que medida as ações implementadas contribuíram para o alcance dos objetivos estabelecidos, bem como identificar os principais desafios, lições aprendidas e oportunidades de aprimoramento. Além disso, desempenha papel relevante na promoção da transparência, da prestação de contas e do controle social, conferindo maior legitimidade ao processo de implementação do Plano.

O Quadro 3 apresenta um conjunto de indicadores indicativos para o monitoramento e a avaliação do PIDS-Juruá.

Quadro 3- Indicadores de monitoramento da implementação do PIDS-Juruá

Tipo de Indicador	Fórmula de Cálculo	Objetivo
Construção da Carteira de Projetos	$\frac{[\text{Total de Projetos elaborados}]}{[\text{Total de Projetos por eixos}]} \times 100$	Medir o atendimento das escutas ativas validadas por meio da formulação de projetos, indicando o percentual de formulação de projetos. Além de medir o trabalho de articulação em prol da transformação das escutas ativas em projetos bem estruturados.
Execução Física dos Projetos	$\frac{[\text{Total de Projetos Concluídos}]}{[\text{Total de Projetos Planejados}]} \times 100$	Medir o progresso físico dos projetos, indicando o percentual de conclusão em relação ao planejado.
Execução Financeira dos Projetos	$\frac{[\text{Despesas Realizadas}]}{[\text{Orçamento Alocado}]} \times 100$	Monitorar a utilização dos recursos financeiros, mostrando a proporção do orçamento que foi efetivamente gasto.
Medidas Administrativas Implementadas	$\frac{[\text{Número de Medidas Administrativas Implementadas}]}{[\text{Total de Medidas Administrativas Planejadas}]} \times 100$	Monitorar a implementação das ações administrativas em relação aquelas planejadas.
Percentual de Implementação Geral	$\frac{[\text{Número de Ações Implementadas}]}{[\text{Total de Ações Pactuadas}]} \times 100$	Monitorar o avanço geral do Plano de Ação, indicando quantas das ações pactuadas foram efetivamente realizadas.

Fonte: SUDAM, 2025

A estratégia de monitoramento e avaliação do PIDS-Juruá será desenvolvida em duas dimensões complementares. A primeira dimensão terá o foco na implementação das ações, isto é, serão monitorados e avaliados os indicadores de execução física e financeira dos projetos e das medidas administrativas, bem como o percentual de implementação das demais ações que forem pactuadas.

A segunda dimensão estará direcionada à avaliação da implementação, contemplando as perspectivas de eficiência e eficácia, que será realizada ao final da vigência do Plano, por meio de metodologias qualitativas e quantitativas que terão por objetivo analisar os recursos utilizados, o alcance das metas e os resultados esperados, acompanhados durante o período de execução. Desse modo, a estratégia de monitoramento e avaliação do PIDS-Juruá será implementada conforme ilustrado no Infográfico 8.

Infográfico 8 - Estratégia de Monitoramento e Avaliação (M&A).



Fonte: SUDAM (2026).

Os procedimentos de monitoramento e avaliação adotados no âmbito do Plano terão como principais referências metodológicas o Guia Prático de Análise *ex post* de Políticas Públicas (BRASIL, 2018b) e o Guia metodológico para monitoramento e avaliação, planos, programas e projetos de desenvolvimento regional (BRASIL, 2023), publicado pela SUDAM, além de outras instrumentos a serem definidos no momento de elaboração dos documentos.

No que se refere à periodicidade, os relatórios de Monitoramento e Avaliação deverão ser elaborados a cada dois anos, a partir da aprovação deste Plano Integrado pelo Condel/SUDAM, e terão ampla publicidade por meio do site da autarquia e do Portal do Sistema PRDA. A sistemática de monitoramento e avaliação proposta busca fortalecer uma cultura institucional orientada ao aprendizado, à transparência e à melhoria contínua.

A revisão periódica das ações permitirá a realização de ajustes estratégicos, a redefinição de prioridades e o aprimoramento dos instrumentos de implementação, contribuindo para aumentar a efetividade das políticas públicas e fortalecer a capacidade de desenvolvimento sustentável do Vale do Juruá.

8. CONSIDERAÇÕES

A análise da região do Vale do Juruá evidencia um território de grande relevância estratégica para a Amazônia e para o país, caracterizado por elevada diversidade sociocultural, expressiva riqueza ambiental e importantes potencialidades econômicas. Ao mesmo tempo, a região apresenta desafios históricos relacionados à integração territorial, à oferta de infraestrutura e serviços públicos, à inclusão produtiva, ao ordenamento territorial e à promoção de oportunidades de desenvolvimento compatíveis com suas especificidades socioambientais.

Embora sejam observados avanços em diferentes áreas, persistem desafios estruturais que condicionam o desenvolvimento regional. Entre eles destacam-se as limitações de infraestrutura logística e de conectividade, as dificuldades de acesso a serviços essenciais, as desigualdades socioeconômicas entre os municípios, a necessidade de ampliação das oportunidades de trabalho e geração de renda, bem como a necessidade de fortalecimento das capacidades institucionais para a gestão e implementação de políticas públicas no território.

Do ponto de vista ambiental, o Vale do Juruá abriga extensas áreas protegidas, territórios indígenas e ecossistemas de elevada importância para a conservação da biodiversidade amazônica. Nesse contexto, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e a sustentabilidade das atividades econômicas dependem do fortalecimento das políticas de ordenamento territorial, da gestão sustentável dos recursos naturais, da valorização dos conhecimentos tradicionais e da ampliação de estratégias de adaptação às mudanças climáticas.

A condição fronteira do território acrescenta novos desafios e oportunidades ao processo de desenvolvimento regional. A intensificação da cooperação transfronteiriça, especialmente com os países vizinhos, poderá contribuir para ampliar a integração regional, fortalecer as cadeias produtivas, promover intercâmbios institucionais e aprimorar a oferta de serviços públicos em áreas de interesse comum.

Nesse contexto, o PIDS-Juruá apresenta-se como um instrumento estratégico de indução ao desenvolvimento regional sustentável, fundamentado na articulação interfederativa, na participação social e na integração entre planejamento, gestão e investimentos públicos. Sua construção, baseada em escutas territoriais e no diálogo permanente com os diversos atores locais, amplia a legitimidade das ações propostas e fortalece o alinhamento entre as demandas do território e as políticas públicas disponíveis.

Mais do que um instrumento orientador, o Plano constitui uma ferramenta de governança territorial voltada à coordenação de esforços institucionais, à mobilização de investimentos e à promoção de ações integradas capazes de produzir resultados concretos para a população. Sua efetividade dependerá da continuidade do processo de articulação institucional, do fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação, da participação social e do compromisso permanente dos diferentes atores envolvidos em sua implementação.

Assim, o PIDS-Juruá reafirma o compromisso com a redução das desigualdades regionais, a valorização da diversidade sociocultural amazônica, a conservação do patrimônio ambiental e a promoção de um desenvolvimento capaz de gerar bem-estar para a população local. O Plano alinha-se aos princípios e diretrizes da PNDR, do PRDA, dos ODS da Agenda 2030 e das demais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). **Painel Unidades de Conservação Brasileiras**. 2026. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>. Acesso em: 25 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (CFA). **Índice CFA de Governança Municipal**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://igm.cfa.org.br/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). **Mapas nacionais e Bases georreferenciadas**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/dados-de-transportes/bit/bit-mapas>. Acesso em: 25 mar. 2026.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). **Terras Indígenas: dados geoespaciais e mapas**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em: 25 mar. 2026.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Observatório de Política e Gestão Hospitalar**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://observatoriohospitalar.fiocruz.br/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Áreas Territoriais 2025**. Base de Dados. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base cartográfica contínua do Brasil**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017: base de dados**. Rio de Janeiro, 2023b. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: base de dados**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção agropecuária municipal**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios 2023**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência**. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/25>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO DO HOMEM E DO MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). Belém, 2025. Disponível em: <https://imazon.org.br/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Assentamentos**: relação de projetos. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resultados do IDEB**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo escolar 2025**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). PRODES. Desmatamento. In: TERRABRASILIS. 2025. Disponível em: https://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). PRODES. Desmatamento. In: TERRABRASILIS. 2025. Disponível em: https://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 25 mar. 2026.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Tipologia referencial da PNDR**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional/tipologia-referencial-da-pndr>. Acesso em: 25 mar. 2026.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. RAIS 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2024>. Acesso em: 25 mar. 2026.

PEREIRA, M. F. V. Conteúdos e transformações recentes na rede de cidades no sudoeste da Amazônia brasileira (Rondônia e Acre). **Geotextos**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 123-149, dez. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil>. Acesso em: 25 mar. 2026.

ANEXOS

ANEXO I – DEMANDAS PRIORITÁRIAS PARA O VALE DO JURUÁ.

continua

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027 (Entrega)
Cadeias Produtivas Sustentáveis	Mapear as cadeias produtivas existentes na região, bem como apoiar com assistência técnica especializada os produtores, extrativistas e povos tradicionais.	Região do Vale Juruá	Curto Prazo	-	UFAC, IFAC, Sistema “S”, Entidades Representativas de Categorias e Poder Público	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	156	Capacitação de produtores
								158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
					UFAC, IFAC, Sistema “S”, Entidades Representativas de Categorias e Poder Público	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
								905	Assistência técnica e extensão rural realizada junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
							Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1191	Famílias Quilombolas, Indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais atendidos por ações de inclusão produtiva

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027 (Entrega)
Cadeias Produtivas Sustentáveis	Mapear as cadeias produtivas existentes na região, bem como apoiar com assistência técnica especializada os produtores, extrativistas e povos tradicionais.	Região do Vale do Juruá	Curto Prazo	-	UFAC, IFAC, Sistema "S", Entidades Representativas de Categorias e Poder Público	MAPA	Agropecuária Sustentável	372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
						MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	666	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER voltada a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento das organizações socioprodutivas ofertada para famílias do Bolsa Verde, através do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
	Instalação de laboratório de análise de solo, água e plantas.	Cruzeiro do Sul	Curto Prazo	4.000.000,00	UFAC	MAPA	Agropecuária Sustentável	342	Levantamento e mapeamento dos solos das principais regiões de importância agrícola do Brasil.
								331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
							Defesa Agropecuária	481	Execução de ações educativas em defesa agropecuária, com foco em áreas de interesse estratégico.
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	733	Projetos de ensino, pesquisa, extensão, ciência e inovação para a agroecologia beneficiados
						MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1605	P&D de soluções sustentáveis para os desafios à sociobiodiversidade que interferem na segurança hídrica, energética, alimentar e nutricional, observando as especificidades de cada bioma
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027 (Entrega)
Cadeias Produtivas Sustentáveis	Ampliação e fortalecimento operacional do laboratório de análise de solo (fomento para aquisição de insumos/reagentes, mão-de-obra especializada).	Cruzeiro do Sul	Curto Prazo	-	IFAC	MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	425	Contribuições técnico-científicas para a implementação de políticas públicas de interesse dos setores agropecuário, florestal e agroindustrial.
								428	Tecnologias emergentes e em áreas portadoras de futuro desenvolvidas, incluindo biologia avançada, bioinsumos, nanotecnologias, agricultura digital, agricultura de precisão, modelagem de sistemas.
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo.
	Fortalecimento dos Programas de Compra Direta da Agricultura Familiar.	Região do Vale do Juruá	Contínuo	-	Poder Público	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	957	Participação da agricultura familiar nos mercados de compras públicas ampliada, fortalecendo as modalidade compra institucional
								968	Promoção e fortalecimento da comercialização e acesso aos mercados para a agricultura familiar em feiras, eventos e circuitos curtos de comercialização
							Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1184	Participação de quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais na venda para mercados institucionais ampliada

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027 (Entrega)
Cadeias Produtivas Sustentáveis	Implementação de SAF em áreas degradadas.	Região do Vale do Juruá	Contínuo	-	Poder Público em todas as esferas	MMA	Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1056	Áreas cadastradas em sistema de gestão do Ibama e áreas relacionadas a Ações Cíveis Públicas (ACPs), referentes a áreas de recuperação ou recomposição da vegetação nativa, qualificadas.
							Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	3376	Polos territoriais de conservação da agrobiodiversidade e produção agroecológica implementados
						MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	54	Disponibilização de soluções tecnológicas para o enfrentamento da pressão sobre os biomas, da mudança do clima, e para o uso sustentável dos recursos genéticos, das fontes renováveis de energia.
								139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								371	Produtos Agropecuários detentores de signos distintivos de agregação de valor
								372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
	Aquisição de equipamentos agrícolas e insumos para diversificação de produção.	Região do Vale do Juruá	Curto Prazo	-	-	MIDR	Desenvolvimento Regional Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Cadeias Produtivas Sustentáveis	Criação de Plano de Bioeconomia.	Região do Vale Juruá	Curto Prazo	-	-	MIDR	Desenvolvimento Regional Ordenamento Territorial e	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
							Desenvolvimento Regional Ordenamento Territorial e	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
	Instalação de pequenas fábricas de ração para as cadeias produtivas (psicultura, suinocultura, avicultura, extrativista).	Região do Vale Juruá	Médio Prazo	-	-	MIDR	Desenvolvimento Regional Ordenamento Territorial e	158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
						MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
								372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	913	Máquinas e equipamentos adaptadas à agricultura familiar entregues
							Abastecimento e Soberania Alimentar	1016	Financiamento de projetos de estruturação de organizações para promoção da agroindustrialização

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Cadeias Produtivas Sustentáveis	Criação de Plano de Bioeconomia.	Região do Vale do Juruá	Curto Prazo	-	-	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
							Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
	Instalação de pequenas fábricas de ração para as cadeias produtivas (psicultura, suinocultura, avicultura, extrativista).	Região do Vale do Juruá	Médio Prazo	-	-	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
						MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
								372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	913	Máquinas e equipamentos adaptadas à agricultura familiar entregues
							Abastecimento e Soberania Alimentar	1016	Financiamento de projetos de estruturação de organizações para promoção da agroindustrialização

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Cadeias Produtivas Sustentáveis	Desburocratizar linhas de crédito para pequenos produtores (criação de microcréditos). E criar linhas de crédito específicas para produtoras da zona rural.	Região do Vale do Juruá	Curto Prazo	-	-	MAPA	Agropecuária Sustentável	47	Aumento do volume de crédito rural contratado.
								48	Aumento da quantidade de contratos de crédito rural.
						MDA	Agricultura Familiar Agroecologia e	710	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Floresta, que fomentam o desenvolvimento sustentável
								715	Contratos de crédito de custeio no âmbito do Pronaf para a produção de alimentos
								906	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf para apoio a arranjos produtivos da sociobiodiversidade celebrados
								908	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf de Microcrédito Produtivo Rural (Grupo 'B')
								2261	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Agroecologia, que fomentam o desenvolvimento sustentável
								2262	Contratos de crédito no âmbito do Pronaf Bioeconomia, que fomentam o desenvolvimento sustentável
							Abastecimento e Soberania Alimentar	1016	Financiamento de projetos de estruturação de organizações para promoção da agroindustrialização
						MIDR	Desenvolvimento Regional Ordenamento Territorial e	280	Financiamento em investimento pelos Fundos Constitucionais de Financiamento
								075A	Aprimoramento das programações financeiras dos Fundos Constitucionais de Financiamento

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Cadeias Produtivas Sustentáveis	Reestruturação e fortalecimento das Associações e Cooperativas e Sindicatos.	Região do Vale do Juruá	Curto Prazo	-	OCB	MAPA	Agropecuária Sustentável	373	Cooperativismo e Associativismo rural e agroindustrial fortalecido
								331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								372	Assistência técnica e extensão rural para transferência de tecnologias sustentáveis e agregação de valor
						MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	1055	Organizações produtivas da agricultura familiar atendidas por assistência técnica em gestão
						MTE	Economia Popular e Solidária Sustentáveis	1738	Assessoria técnica em gestão administrativa e financeira para cooperativas e associações de plataforma
	Fomentar o artesanato regional.	Região do Vale do Juruá	Curto Prazo	-	Sistema "S", Entidades Representativas de Categorias e Poder Público	MinC	Direito à Cultura	951	Marco Legal de Proteção aos Conhecimentos e às Expressões Culturais Tradicionais
								3332	Política Nacional das Culturas Tradicionais e Populares (PNCTP)
								3321	Territórios Criativos
						MDIC	Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1057	Certificações de produtos e serviços que preenchem requisitos de sustentabilidade (Selo verde Brasil)
								2199	Ampliação da rede de apoio no âmbito da Política Nacional de Cultura Exportadora (PNCE)
						MPI	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	2106	Mecanismos de divulgação do artesanato indígena criados, com enfoque na geração de renda
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Cadeias Produtivas Sustentáveis	Construção de um abatedouro de aves.	Cruzeiro do Sul	Curto Prazo	1.000.000	Poder Público em todas as esferas	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								128	Projeto de bioeconomia e desenvolvimento regional
						MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	740	Ações e projetos de estruturação socioprodutiva realizadas junto a agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais que atuam nas cadeias da sociobiodiversidade
								913	Máquinas e equipamentos adaptadas à agricultura familiar entregues
							Abastecimento e Soberania Alimentar	227	Rede de armazenagem pública disponível para formação e manutenção de estoques públicos de alimentos.
								1016	Financiamento de projetos de estruturação de organizações para promoção da agroindustrialização
						MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
							Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Cadeias Produtivas Sustentáveis	Construção de locais adequados para armazenamento da produção agrícola junto as cooperativas, associações e sindicatos.	Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.	Curto Prazo	-	Prefeituras Municipais e Governo do Estado.	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	227	Rede de armazenagem pública disponível para formação e manutenção de estoques públicos de alimentos.
								810	Ampliação do volume de alimentos disponibilizados pelas Centrais de Abastecimento
								1016	Financiamento de projetos de estruturação de organizações para promoção da agroindustrialização
	Implantação de abatedouros de aves, suínos e bovinos.	Todos	Curto Prazo	-	-	MAPA	Agropecuária Sustentável	331	Ampliar a sustentabilidade ambiental e da produção agropecuária.
								2028	Oferta e acesso a tecnologias, processos e produtos, apropriados à produção orgânica, considerando a transição agroecológica.
							Pesquisa e Inovação Agropecuária	139	Disponibilização de soluções tecnológicas aos públicos beneficiários para sistemas agropecuários, florestais e agroindustriais visando a inclusão social e produtiva e o desenvolvimento regional.
								332	Transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos relacionados aos setores agropecuário/agroindustrial/florestal
						MIDR	Desenvolvimento Regional Ordenamento Territorial	158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
								159	Implantação de Infraestrutura Produtiva

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Implantação de sistema de captação, reservatório e abastecimento de água nas zonas rurais.	Região do Vale do Juruá	Curto Prazo	-	FUNTAC, Poder Público em todas as esferas	MCID	Saneamento Básico	1780	Empreendimentos de abastecimento de água, para população rural, concluídos
								2806	Processo de Seleção para contratação de ações de abastecimento de água? no subeixo Abastecimento de água (eixo Água Para Todos)
								2813	Processo de Seleção para implementação de sistemas simplificados de abastecimento de água em áreas rurais no subeixo Água para quem mais precisa (eixo Água Para Todos)
	Criar um centro de referência especializado para atendimento a pessoas com deficiência. Por meio de um ambiente de acolhimento integral (zona urbana, rural, indígena)	Todos	Curto Prazo	10.000.000	-	MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1528	Criação de equipamentos estaduais ou regionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)
								240	Equipagem de Conselhos Municipais e Estaduais.
								1517	Campanhas e ações de conscientização e sensibilização para a promoção, proteção e defesa de direitos humanos.
						MPI	Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1966	Centros de referência indígenas estruturados e consolidados
	Instituir programa público (município e estado) para subsidiar o transporte de pessoas com deficiência.	Todos	Curto Prazo	-	-	MDHC	Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	1517	Campanhas e ações de conscientização e sensibilização para a promoção, proteção e defesa de direitos humanos.
								893	Elaborar proposta qualificada de norma para a instituição de Sistema Nacional de Avaliação da Deficiência

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Ampliar o alcance dos projetos culturais ao público menos favorecido.	Todos	Curto Prazo	-	-	MinC	Direito à Cultura	2061	Novo PAC (CEUs da Cultura e retomada)
								2739	Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) Patrimônio Cultural
								3332	Política Nacional das Culturas Tradicionais e Populares (PNCTP)
								3320	Funarte 50 anos - programas federais de fomento para a Política Nacional das Artes
	Ampliação e manutenção da oferta de espaços para desenvolvimento cultural.	Todos	Curto Prazo	-	-	MinC	Direito à Cultura	2061	Novo PAC (CEUs da Cultura e retomada)
								2739	Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) Patrimônio Cultural
								951	Marco Legal de Proteção aos Conhecimentos e às Expressões Culturais Tradicionais
								3332	Política Nacional das Culturas Tradicionais e Populares (PNCTP)
								3321	Territórios Criativos
						MPI	Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos (museu vivo, espaço cultural, centro de ciências e saberes tradicionais) apoiados

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Realizar capacitação especializada continua aos profissionais da educação em abordagem e atendimento as crianças e adolescentes autistas.	Todos	Curto Prazo	-	-	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1427	Apoio a formação continuada em educação em direitos humanos
								1431	Apoio à profissionalização e formação continuada de professores e profissionais da educação básica em educação especial
	Criação de um sistema de informações (do paciente) integrado na área da saúde no âmbito municipal e estadual.	-	-	-	-	MS	Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	1709	Projetos para o desenvolvimento de serviços tecnológicos e soluções para informação e conectividade firmados.
								1705	Estabelecimentos de saúde gerando informações de custos no sistema APURASUS.
	Construção de academias populares no perímetro urbano e zona rural.	-	-	-	-	MCID	Cidades Melhores	1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.
	Implantação de agências de bancos públicos em todos os municípios da Região do Juruá (Caixa Econômica e Banco do Brasil).	Rodrigues Alves (Banco do Brasil), Mâncio Lima (Caixa Econômica), Porto Walter (Caixa Econômica e Banco do Brasil) e Marechal Thaumaturgo (Banco do Brasil)	Médio Prazo	-	Superintendência da Caixa Econômica e Superintendência do Banco do Brasil	MF*	-	-	-

*Ministério não possui ação estratégica pactuada no PRDA 2024-2027.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Garantir atendimento itinerante do BASA – Banco da Amazônia.	Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	-	Superintendência do BASA.	MIDR	-	-	-
	Garantir atendimento itinerante do INSS.	Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	-	Superintendência do INSS.	MPS*	-	-	-
	Ampliar acesso às especialidades em saúde no Juruá	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	-	Governo do Estado: SESACRE; Secretaria Municipal de Saúde; Conselhos Municipais de Saúde; DSEI – Distrito sanitário especial indígena	MS	Atenção Especializada à Saúde	1633	Unidades Policlínicas construídas e equipadas.
								1635	Profissionais especialistas atuando no SUS.
							Atenção Primária à Saúde	1381	Vagas ocupadas nos programas de provimento médico da Atenção Primária
							Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	1156	Formação em planejamento e dimensionamento da força de trabalho em saúde nas 27 UFs
							Atenção Primária à Saúde	1381	Vagas ocupadas nos programas de provimento médico da Atenção Primária

*Ministério não possui ação estratégica pactuada no PRDA 2024-2027.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Programas e ações de fortalecimento da Educação em Saúde para as áreas urbanas e rurais	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	-	Governo do Estado: SESACRE; Secretaria Municipal de Saúde; Conselhos Municipais de Saúde; DSEI – Distrito sanitário especial indígena	MS	Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	1127	Trabalhadores, gestores, usuários e estudantes qualificados a partir de ofertas educacionais em áreas prioritárias do SUS
								1139	Trabalhadores, estudantes, lideranças comunitárias e membros do controle social qualificados em Educação Popular em Saúde
								1141	Trabalhadores técnicos de nível médio e pós-técnicos na área da saúde formados
								1143	Projetos de Vivências no SUS para trabalhadores, docentes, estudantes, lideranças comunitárias e membros do controle social executados
								1144	Ampliação de bolsas de residência médica e de residência em área profissional da saúde financiadas pelo MS
								1146	Preceptores e gestores de programas de residências em saúde qualificados
								1148	Ampliação de bolsas de incentivo à preceptoria de residência médica e de residência em área profissional da saúde financiadas pelo MS

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Ampliar a oferta de exames de ultrassonografia nos municípios	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Tarauacá e Feijó	Curto Prazo	-	Governo do Estado: SESACRE Secretaria Municipal de Saúde; Conselhos Municipais de Saúde; DSEI – Distrito sanitário especial indígena.	MS	Atenção Especializada à Saúde	1633	Unidades Policlínicas construídas e equipadas.
								1635	Profissionais especialistas atuando no SUS.
	Saúde da Mulher – ações de prevenção ao câncer; Ampliar o acesso à saúde da mulher;	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	-	Governo do Estado: SESACRE; Secretaria Municipal de Saúde; Conselhos Municipais de Saúde; DSEI – Distrito sanitário especial indígena;	MS	Atenção Especializada à Saúde	1633	Unidades Policlínicas construídas e equipadas.
								1635	Profissionais especialistas atuando no SUS.
							Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	1262	Estratégias de gestão em saúde para enfrentamento das desigualdades de gênero, raça, etnia, geração, classe, orientação sexual e deficiências implantadas.
							Saúde Indígena	505	Consultas odontológicas das gestantes indígenas durante o pré-natal realizadas
								490	Consultas de pré-natal realizadas
							Atenção Primária à Saúde	1381	Vagas ocupadas nos programas de provimento médico da Atenção Primária

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Implantação de curso de medicina - UFAC campus floresta	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	-	UFAC	MEC	Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	819	Apoio à formação em nível de mestrado com a concessão de bolsas no país
								826	Apoio à formação em nível de doutorado com a concessão de bolsas no país
								827	Apoio à fixação de doutores em instituições de ensino superior localizadas em municípios com até 500 mil habitantes, priorizando as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, bem como as localidades de fronteira com os parceiros do Mercosul e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), por meio da concessão de bolsas de pós-doutorado no país e no exterior.
								1130	Ampliação do número de matrículas de cursos de Qualificação Profissional.
	Programas de inserção dos jovens no mercado de trabalho adequado às realidades locais; (órgãos públicos e privados)	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo		Governo do Estado e Municípios; Associação Comercial e indústria;	MTE	Economia Popular Solidária Sustentáveis e	1766	Oferta de cursos em Economia Popular e Solidária sustentáveis para o público geral e específicos.
								1768	Criação e fortalecimento de incubadoras tecnológicas da Economia Popular e Solidária.
							Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	435	Parcerias firmadas para execução de ações de qualificação social e profissional de trabalhadores
								436	Oferta de cursos no âmbito do Programa Caminho Digital - Escola do Trabalhador 4.0
								434	Oferta de qualificação para jovens
								1644	Fomento à ampliação da contratação de aprendizes nas Administração Pública (direta, autárquica e fundacional) Federal, Estadual, no Distrito Federal e Municípios

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Ampliar e adequar o sistema e transporte escolar para a realidade regional	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	-	Governo do Estado e Municípios;	MCID	Mobilidade Urbana	528	Assistência técnica prestada à elaboração de Planos Locais de Mobilidade Urbana.
	Ampliação de capacitação profissional -	Vale do Juruá	Curto Prazo	Governo do Estado e Municípios; Sistema “S” IFAC Instituições privadas	-	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	2110	Ampliação do número de Polos de Inovação e produção de tecnologias sociais nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.
								1137	Ampliação do número de matrículas de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica.
								1130	Ampliação do número de matrículas de cursos de Qualificação Profissional.
								1135	Ampliação do número de matrículas de cursos Técnicos de Nível Médio, preferencialmente na forma integrada.
								355	Ampliação do número de reconhecimento e certificações de saberes e experiências profissionais aos trabalhadores.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Zerar as taxas de analfabetismo na região do Vale do Juruá	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Tarauacá e Feijó	Curto Prazo	Governo do Estado e Municípios	-	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1382	Apoio à estruturação e implementação, pelos entes federados, de ações de formação focadas na melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar relacionadas à alfabetização
								3013	Apoio à conclusão de creches, escolas, quadras e cobertura de quadras.
	Melhorar os índices e indicadores da Educação Básica	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	Governo do Estado e Municípios	-	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1382	Apoio à estruturação e implementação, pelos entes federados, de ações de formação focadas na melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar relacionadas à alfabetização
								1417	Promoção de ações de formação continuada de profissionais da educação que atuam em escolas de ensino médio, tendo em vista a nova Política Nacional definida para esta etapa de ensino a partir da Consulta Pública.
								1424	Oferta de vagas em curso de formação continuada para lideranças e profissionais da educação básica em educação em tempo integral
								1470	Oferta de cursos de formação continuada em competências digitais, tecnologia e inovação.
	Equiparação salarial dos servidores da educação com o piso nacional	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	Governo do Estado e Municípios	-	MEC	-	-	-

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Capacitação e fortalecimento dos Conselhos Municipais	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	Governo do Estado e Municípios	-	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1417	Promoção de ações de formação continuada de profissionais da educação que atuam em escolas de ensino médio, tendo em vista a nova Política Nacional definida para esta etapa de ensino a partir da Consulta Pública.
								1424	Oferta de vagas em curso de formação continuada para lideranças e profissionais da educação básica em educação em tempo integral
								1425	Apoio à formação em educação para as relações étnico-raciais com linhas de formação permanentes na educação básica.
								1470	Oferta de cursos de formação continuada em competências digitais, tecnologia e inovação.
	Ampliar a oferta de novos cursos técnicos profissionalizantes que atendam as demandas locais	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo,	Curto Prazo	Governo do Estado e Municípios	-	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	2110	Ampliação do número de Polos de Inovação e produção de tecnologias sociais nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.
								1137	Ampliação do número de matrículas de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica.
								350	Apoio a iniciativas voltadas à valorização e formação dos Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica.
								1130	Ampliação do número de matrículas de cursos de Qualificação Profissional.
								1135	Ampliação do número de matrículas de cursos Técnicos de Nível Médio, preferencialmente na forma integrada.
								355	Ampliação do número de reconhecimento e certificações de saberes e experiências profissionais aos trabalhadores.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Regulamentar o transporte público na região	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	Governo do Estado e Municípios	-	MCID	Mobilidade Urbana	528	Assistência técnica prestada à elaboração de Planos Locais de Mobilidade Urbana.
								529	Assistência financeira prestada à elaboração de Planos Locais de Mobilidade Urbana.
								539	Processo de Seleção para implantação e qualificação de infraestrutura de sistema de transporte público coletivo urbano no subeixo Mobilidade Urbana Sustentável (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								542	Investimento e financiamento realizados em empreendimentos de transporte não motorizado e qualificação viária.
	Ampliar e implementar as escolas em tempo integral em diferentes níveis de ensino	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	Governo do Estado e Municípios	-	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1424	Oferta de vagas em curso de formação continuada para lideranças e profissionais da educação básica em educação em tempo integral
								3012	Apoio à construção de escolas em Tempo Integral
	Assegurar as ferramentas necessárias para o uso de novas tecnologias nas escolas	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	Governo do Estado e Municípios	-	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1382	Apoio à estruturação e implementação, pelos entes federados, de ações de formação focadas na melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar relacionadas à alfabetização
								1470	Oferta de cursos de formação continuada em competências digitais, tecnologia e inovação.
								1536	Apoio à aquisição de mobiliários e equipamentos para educação básica.
								3402	Monitoramento da qualidade da conexão de internet utilizada pelas escolas da educação básica
								3406	Apoio à aquisição de equipamentos tecnológicos/dispositivos de acesso.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Ofertar formação continuada de professores	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	Governo do Estado e Municípios	-	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1470	Oferta de cursos de formação continuada em competências digitais, tecnologia e inovação.
								1540	Apoio à adequação da formação do corpo docente da educação básica pública em serviço, mediante licenciaturas.
								1541	Promoção do acesso à formação superior pública, priorizando a formação inicial para a educação básica, mediante graduações e cursos sequenciais ofertados remotamente.
								1544	Apoio ao aprimoramento da formação do corpo docente da educação básica em serviço, mediante cursos stricto sensu.
								1548	Promoção do acesso à formação superior pública, priorizando a formação continuada de docentes para a educação básica mediante cursos de especializações, ofertados na modalidade a distância.
	Fortalecer a Educação do campo – aumentando os investimentos	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Tarauacá e Feijó	Curto Prazo	Governo do Estado e Municípios	-	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1453	Apoio à profissionalização e formação inicial de professores profissionais da educação básica no âmbito da Educação do campo
								1454	Apoio à profissionalização e formação continuada de professores e profissionais da educação básica no âmbito da Educação do campo
								1455	Apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica das escolas do campo
	Ampliar o sistema de tratamento de água potável – (água para todos)	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	Governo estadual e municipal	-	MCID	Saneamento Básico	2772	Empreendimentos entregues no subeixo Abastecimento de Água (eixo Água para Todos)
								2806	Processo de Seleção para contratação de ações de abastecimento de água? no subeixo Abastecimento de água (eixo Água Para Todos)
								2813	Processo de Seleção para implementação de sistemas simplificados de abastecimento de água em áreas rurais no subeixo Água para quem mais precisa (eixo Água Para Todos)

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Criar sistema de tratamento de esgoto	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Tarauacá e Feijó	Curto Prazo	Governo estadual e municipal	-	MCID	Saneamento Básico	1790	Empreendimentos de sistemas e soluções alternativas de esgotamento sanitário, para população rural, concluídos
								2769	Empreendimentos entregues no subeixo Esgotamento Sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								2807	Processo de Seleção para contratação de ações de esgotamento sanitário em áreas urbanas no subeixo Esgotamento sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
	Criação dos aterros sanitários de forma sustentável	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	Governo estadual e municipal	-	MCID	Saneamento Básico	2808	Processo de Seleção para contratação de ações de resíduos sólidos urbanos no subeixo Gestão de Resíduos Sólidos/Economia Circular (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
	Criar sistemas de drenagem no perímetro urbano.	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	Governo estadual e municipal	-	MCID	Gestão de Riscos e de Desastres	2824	Processo de Seleção para contratação de ações de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								3397	Empreendimentos entregues referentes a Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
							Cidades Melhores	1775	Intervenções Urbanísticas Contratadas - FGTS
								1787	Intervenções Urbanísticas Apoiadas pelo Orçamento Geral da União (OGU)
							Periferia Viva	2776	Empreendimentos entregues no subeixo Urbanização de Favelas (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								2814	Processo de Seleção para urbanização de assentamentos precários no subeixo Urbanização de Favelas (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
	Garantir a construção de casas populares para as famílias de baixa renda.	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	Governo estadual e municipal	-	MCID	Moradia Digna	1845	Moradias contratadas no Novo Minha Casa Minha Vida (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, subeixo Minha Casa Minha Vida, segmento Novo MCMV)
								1851	Moradias entregues por meio de Projetos-Piloto inovadores

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Ampliação e implementação de laboratórios de ciência e tecnologias nas instituições de ensino e pesquisa	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	Governo estadual e municipal	-	MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1478	Chamadas públicas de projetos de pesquisa inter e transdisciplinar focada na solução de problemas socialmente relevantes
							Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI	1187	Manutenção, recuperação e modernização das infraestruturas de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) - Pro-Infra (Modalidade PAC: Seleção - Equipamentos de pesquisa em Universidades - Pro-Infra)
								1190	Descentralização dos investimentos para recuperação, expansão e modernização da infraestrutura de pesquisa & desenvolvimento (P&D)
								1193	Infraestruturas de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) disponibilizadas pelas Unidades de Pesquisa do MCTI
								1194	Infraestruturas de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) aptas ao compartilhamento

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Investimento em pesquisa e inovação na região	Vale do Juruá – Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	Governo estadual e municipal	-	MDA	Agricultura Familiar e Agroecologia	733	Projetos de ensino, pesquisa, extensão, ciência e inovação para a agroecologia beneficiados
						MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1478	Chamadas públicas de projetos de pesquisa inter e transdisciplinar focada na solução de problemas socialmente relevantes
								1482	Fomento à estruturação de redes colaborativas de pesquisa e de apoio a infraestruturas críticas para a formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas nacionais
								1600	Pesquisa aplicada, inovação e transferência de tecnologia voltadas ao desenvolvimento tecnológico de equipamentos agrícolas para a Agricultura Familiar e o Extrativismo
								1605	P&D de soluções sustentáveis para os desafios à sociobiodiversidade que interferem na segurança hídrica, energética, alimentar e nutricional, observando as especificidades de cada bioma
							Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI	1190	Descentralização dos investimentos para recuperação, expansão e modernização da infraestrutura de pesquisa & desenvolvimento (P&D)
								1193	Infraestruturas de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) disponibilizadas pelas Unidades de Pesquisa do MCTI
								1194	Infraestruturas de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) aptas ao compartilhamento
							Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	1764	Ampliação da alocação de recursos aos ecossistemas de inovação
								1779	Incentivo, por meio de apoio à empresas, à realização de projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação com ICTs
								2791	Incentivo, por meio de apoio às ICTs, à realização de projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação com empresas
						MAPA	Pesquisa e Inovação Agropecuária	428	Tecnologias emergentes e em áreas portadoras de futuro desenvolvidas, incluindo biologia avançada, bioinsumos, nanotecnologias, agricultura digital, agricultura de precisão, modelagem de sistemas.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Bem-estar Humano	Garantir o loteamento de áreas públicas para programas de habitação, contemplando pessoas que podem construir, mas não possuem terreno.	-	-	-	-	MCID	Moradia Digna	1851	Moradias entregues por meio de Projetos-Piloto inovadores
							Periferia Viva	2776	Empreendimentos entregues no subeixo Urbanização de Favelas (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
								2814	Processo de Seleção para urbanização de assentamentos precários no subeixo Urbanização de Favelas (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
	Implantação de tratamento de câncer no hospital regional do Juruá	-	-	-	-	MS	Atenção Especializada à Saúde	1628	Hospitais públicos ou privados sem fins lucrativos que realizam serviços de Alta Complexidade no SUS com certificação integrada de qualidade.
								1635	Profissionais especialistas atuando no SUS.
	Construção de escola técnica focada em produção magrícola na zona rural.	-	-	IFAC	-	MEC	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	2110	Ampliação do número de Polos de Inovação e produção de tecnologias sociais nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.
								1130	Ampliação do número de matrículas de cursos de Qualificação Profissional.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Infraestrutura e Logística	Fortalecimento da infraestrutura aérea, rodoviária e fluvial para escoamento da produção agrícola e fomento do turismo regional.	Região do Vale do Juruá	Curto Prazo	-	-	MT	Transporte Rodoviário	990	Manutenção rodoviária estruturada
								992	Manutenção rodoviária
								996	Pavimentação de rodovias
						MPOR	Promover maior segurança e condições de navegação nas vias fluviais	216	Instalações portuárias (IP4) em operação
							Ampliação do acesso a financiamentos para modernização do modal hidroviário na Amazônia	610	Construção ou manutenção de infraestruturas portuárias
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
								158	Doação de equipamentos, máquinas e insumos para o desenvolvimento produtivo
	Reconstrução da BR 364.	Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo	Médio Prazo	-	Superintendência do DNIT/Acre.	MT	Transporte Rodoviário	990	Manutenção rodoviária estruturada
								992	Manutenção rodoviária
								996	Pavimentação de rodovias
								997	Adequação de rodovias

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Infraestrutura e Logística	Pavimentação e construção das pontes dos principais ramais dos municípios da Região do Juruá (Considerando a capacidade de escoamento da produção).	Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.	Curto Prazo	30.000.00,00	Governo do Estado/ DERACRE	MT	Transporte Rodoviário	992	Manutenção rodoviária
								994	Manutenção de OAEs do PROARTE
								995	Substituição de pontes de madeira por pontes de concreto/aço
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
	Construção da Ponte sobre o Rio Juruá, dando continuidade a BR. 364, interligando os municípios da Regional do Juruá.	Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul.	Curto Prazo	80.000.000,00	Superintendência do DNIT/Acre.	MT	Transporte Rodoviário	992	Manutenção rodoviária
								994	Manutenção de OAEs do PROARTE
								995	Substituição de pontes de madeira por pontes de concreto/aço
	Criação de rota turística com infraestrutura adequada de acesso na Região do Juruá.	Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	10.000.000,00	Secretarias Estaduais e Municipais de Turismo, Secretaria do Estado de Obras Públicas, DERACRE e DNIT.	Mtur	Turismo, esse é o destino	785	Realização de obras e serviços de engenharia para desenvolver o turismo no Brasil.
						MT	Transporte Rodoviário	990	Manutenção rodoviária estruturada
								992	Manutenção rodoviária
								996	Pavimentação de rodovias
								997	Adequação de rodovias
	Garantir infraestrutura aeroportuária para voos internacionais no Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul.	Cruzeiro do Sul.	Médio Prazo	25.000.000,00	Governo do Estado, Receita Federal, Polícia Federal	Mtur	Turismo, esse é o destino	785	Realização de obras e serviços de engenharia para desenvolver o turismo no Brasil.
						MPOR	Aviação Civil	1071	Implantação de equipamentos de auxílios à navegação aérea em aeroportos regionais de interesse federal

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Infraestrutura e Logística	Tornar o Programa Luz para Todos mais acessível, garantindo o atendimento as comunidades indígenas, ribeirinhas e comunidades rurais.	Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto e Walter e Marechal Thaumaturgo.	Curto Prazo	-	ENERGISA, ANEEL	MME	Energia Elétrica	43	Novas unidades consumidoras com acesso à energia elétrica atendidas pelo Programa Luz Para Todos
							Transição Energética	2612	Sistemas Isolados com participação de fontes renováveis de geração de energia.
	Implantação de infraestrutura portuária nos municípios da Região do Juruá.	Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto e Walter e Marechal Thaumaturgo.	Médio Prazo	40.000.000,00	Governo do Estado do Acre, ICMBio, DERACRE, IMAC	MPOR	Portos e Transporte Aquaviário	216	Instalações portuárias (IP4) em operação
							Portos e Transporte Aquaviário	610	Construção ou manutenção de infraestruturas portuárias
	Abertura e pavimentação de via terrestre intermunicipal (retirar os municípios do isolamento terrestre).	Porto Walter e Marechal Thaumaturgo	Longo Prazo	30.000.000,00	Governo do Estado do Acre, ICMBio, DERACRE, IMAC	MT	Transporte Rodoviário	990	Manutenção rodoviária estruturada
								992	Manutenção rodoviária
								996	Pavimentação de rodovias
								997	Adequação de rodovias
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	159	Implantação de Infraestrutura Produtiva
	Implantar serviços Rodoviários.	Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto e Walter e Marechal Thaumaturgo.	Longo Prazo	10.000.000,00	DERACRE, Secretaria de Estado de Obras Públicas, Secretarias de Planejamento	MT	Transporte Rodoviário	990	Manutenção rodoviária estruturada
								992	Manutenção rodoviária
								996	Pavimentação de rodovias
								997	Adequação de rodovias
							Segurança Viária	16	Implantação e manutenção de sinalização e dispositivos de segurança viária

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Infraestrutura e Logística	Ampliar o acesso à energia renováveis na Região do Juruá.	Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo	Médio Prazo	-	ENERGISA, ANEEL	MME	Transição Energética	2612	Sistemas Isolados com participação de fontes renováveis de geração de energia.
								2591	Expansão da capacidade instalada de fonte de energia elétrica limpa
							Ampliação da oferta de energia elétrica em áreas rural e urbana auxiliando na inclusão social	43	Novas unidades consumidoras com acesso à energia elétrica atendidas pelo Programa Luz Para Todos
						MMA	Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	949	Fomento da adoção de soluções tecnológicas inovadoras com vistas à geração e uso de energias limpas pelos municípios brasileiros.
	Garantir transporte terrestre e fluvial junto às cooperativas, associações e sindicatos para escoamento da produção agrícola (agricultura familiar).	Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.	Curto Prazo	-	Prefeituras Municipais e Governo do Estado.	MDA	Abastecimento e Soberania Alimentar	227	Rede de armazenagem pública disponível para formação e manutenção de estoques públicos de alimentos.
								810	Ampliação do volume de alimentos disponibilizados pelas Centrais de Abastecimento
						MPOR	Promover maior segurança e condições de navegação nas vias fluviais	216	Instalações portuárias (IP4) em operação
							Ampliação do acesso a financiamentos para modernização do modal hidroviário na Amazônia	610	Construção ou manutenção de infraestruturas portuárias
						MT	Transporte Rodoviário	990	Manutenção rodoviária estruturada
								992	Manutenção rodoviária
								996	Pavimentação de rodovias

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Programa de Recuperação de Nascentes.	Região do Vale do Juruá	Curto Prazo	-	Poder Público-Privado	MMA	Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1044	Recuperação ambiental de áreas verdes urbanas e periurbanas nos municípios brasileiros.
							Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1054	Regularização ambiental de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, no interior de imóveis rurais, monitorada.
							Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1027	Planos de Prevenção e Controle do Desmatamentos (PPCD) da Amazônia Legal, do Cerrado, da Mata Atlântica, do Pantanal, da Caatinga e do Pampa monitorados, avaliados e atualizados.
							Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	1413	Campanhas de conscientização e mobilização social realizadas, por meio de eventos e capacitações, para endosso às ações de revitalização de bacias hidrográficas
	Elaboração do Plano de Diretor dos municípios da Região do Juruá.	Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.	Curto Prazo	10.000.000,00	Secretarias Estaduais e Municipais de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Secretarias de Obras, UFAC, IFAC	MCID	Cidades Melhores	1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.
								1824	Publicações e produtos de natureza técnica em apoio aos programas do Ministério das Cidades, elaborados, revisados, atualizados, e disponibilizados por meio do Programa Capacidades.
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Criação de Plano de Etno-turismo na Região do Juruá (Serra do Divisor, Croa e Terras Indígenas).	Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo	Curto Prazo	5.000.000	Secretarias Estaduais e Municipais de Turismo, Secretaria do Estado de Obras Públicas, Secretaria dos Povos Originários, FUNAI, DNIT, DERACRE	Mtur	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade.
						MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática	1925	Planos de visitação turística em terras indígenas em implementação
							Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1959	Acervos arquivísticos, bibliográficos e etnográficos processados tecnicamente, visando à conservação dos bens culturais
								1960	Acervos etnográficos, arquivísticos e bibliográficos ampliados e diversificados, visando contemplar a diversidade cultural dos povos indígenas
	Criação/elaboração de Plano Regional de Logística e Transporte da Região do Juruá.	Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.	Médio Prazo	5.000.000	Secretarias Estaduais e Municipais de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Secretarias de Obras, UFAC, IFAC	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
						MCID	Cidades Melhores	1824	Publicações e produtos de natureza técnica em apoio aos programas do Ministério das Cidades, elaborados, revisados, atualizados, e disponibilizados por meio do Programa Capacidades.
								1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Implantação da Coleta Seletiva de resíduos sólidos	Todos	Curto Prazo	5.000.000,00 p/ município	Secretarias Municipais de Meio Ambiente SEMA	MMA	Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	689	Coleta seletiva nos Municípios ampliada
								694	Reaproveitamentos de resíduos orgânicos ampliado
								698	Diagnóstico da situação atual das organizações de catadoras e catadores por meio do SINIR realizado
								700	Participação de catadoras e catadores de materiais recicláveis no sistema de créditos de logística reversa ampliada
	Implantação e Fortalecimento de Cooperativas de Reciclagem (logística reversa)	Todos	Curto Prazo	2.000.000,00 p/ Cooperativa	Secretarias Municipais de Meio Ambiente SEMA OCB	MMA	Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	689	Coleta seletiva nos Municípios ampliada
								694	Reaproveitamentos de resíduos orgânicos ampliado
								698	Diagnóstico da situação atual das organizações de catadoras e catadores por meio do SINIR realizado
								700	Participação de catadoras e catadores de materiais recicláveis no sistema de créditos de logística reversa ampliada
						MCID	Saneamento Básico	2808	Processo de Seleção para contratação de ações de resíduos sólidos urbanos no subeixo Gestão de Resíduos Sólidos/Economia Circular (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Promoção da Educação Ambiental com ações de capacitação, orientação, cursos e agentes ambientais	Todos	Curto Prazo	2.000.000,00 p/ município	Secretarias Municipais de Meio Ambiente SEMA	MEC	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	1428	Apoio à formação continuada em educação ambiental
						MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	647	Centros de Educação Socioambiental, Salas Verdes e outros arranjos territoriais de educação ambiental criados.
								651	Agentes comunitários populares, gestores, juventude e outros atores para o enfrentamento das emergências climáticas formados
	Implantação de Coleta e destinação adequada de resíduos hospitalares	Todos	Curto Prazo	-	Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Saúde	MCID	Saneamento Básico	2808	Processo de Seleção para contratação de ações de resíduos sólidos urbanos no subeixo Gestão de Resíduos Sólidos/Economia Circular (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
	Mitigação às causas das mudanças climáticas (estiagem) por meio da implantação e cisternas em concreto	Todos	Médio Prazo	6.500.000,00 p/ 320 unidades	Defesa Civil Secretarias de Obras e Meio Ambiente	MCID	Saneamento Básico	1780	Empreendimentos de abastecimento de água, para população rural, concluídos
								2813	Processo de Seleção para implementação de sistemas simplificados de abastecimento de água em áreas rurais no subeixo Água para quem mais precisa (eixo Água Para Todos)
					MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	651	Agentes comunitários populares, gestores, juventude e outros atores para o enfrentamento das emergências climáticas formados	

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Construção de poços artesianos em áreas com escassez hídrica	Todos	Curto Prazo	100.000,00 p/ poço comunitário	Secretarias de Obras Defesa Civil DEPASA INCRA	MCID	Saneamento Básico	1780	Empreendimentos de abastecimento de água, para população rural, concluídos
								2813	Processo de Seleção para implementação de sistemas simplificados de abastecimento de água em áreas rurais no subeixo Água para quem mais precisa (eixo Água Para Todos)
	Elaboração de ordenamento territorial com zonas de riscos mapeadas (inundação, movimento de massa, propensão a incêndios)	Todos	Médio Prazo	5.000.000,00 p/ município	Defesa Civil Secretarias de Meio Ambiente, Setores de Terras	MMA	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	581	Zoneamento ecológico-econômico elaborado
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
						MCID	Cidades Melhores	1824	Publicações e produtos de natureza técnica em apoio aos programas do Ministério das Cidades, elaborados, revisados, atualizados, e disponibilizados por meio do Programa Capacidades.
								1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.
	Recuperação de áreas de preservação permanente – APP (incluindo áreas de veredas com ocorrência de buritis)	Todos	Longo Prazo	5.000.000,00 p/ cada 150km²	Secretarias Municipais de Meio Ambiente, IMAC, SEMA, ICMBIO, IBAMA, UFAC, IFAC	MMA	Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1054	Regularização ambiental de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, no interior de imóveis rurais, monitorada.
								1056	Áreas cadastradas em sistema de gestão do Ibama e áreas relacionadas a Ações Cíveis Públicas (ACPs), referentes a áreas de recuperação ou recomposição da vegetação nativa, qualificadas.
								1060	Unidades de conservação (UC) e áreas importantes para a conservação de espécies ameaçadas ecologicamente restauradas.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Fortalecimento de ações de regularização fundiária em áreas urbanas e rurais	Todos	Médio Prazo	-	INCRA ITERACRE	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1085	Imóveis rurais vistoriados e avaliados
								1100	Imóveis rurais obtidos para a Reforma Agrária
								1485	Títulos de regularização fundiária emitidos em terras públicas
								1566	Áreas públicas certificadas
								1587	Terras devolutas da União arrecadadas
	Fortalecimento de ações de apoio técnico e instrumental à pequena produção como forma de redução do desmatamento e degradação ambiental	Todos	Médio Prazo	-	SEMA SEAGRI Secretarias Municipais de Agricultura INCRA SFA/AC BASA FNO	MMA	Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1044	Recuperação ambiental de áreas verdes urbanas e periurbanas nos municípios brasileiros.
								1054	Regularização ambiental de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, no interior de imóveis rurais, monitorada.
								1056	Áreas cadastradas em sistema de gestão do Ibama e áreas relacionadas a Ações Civis Públicas (ACPs), referentes a áreas de recuperação ou recomposição da vegetação nativa, qualificadas.
								1015	Alertas de desmatamento dos sistemas de detecção oficiais classificados por nível de prioridade para a fiscalização.
							Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	666	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER voltada a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento das organizações socioprodutivas ofertada para famílias do Bolsa Verde, através do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
								666	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER voltada a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento das organizações socioprodutivas ofertada para famílias do Bolsa Verde, através do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Fortalecimento e ampliação do Projeto Floresta+	Todos	Curto Prazo	-	Fundo Amazônia SEMA	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	657	Benefícios financeiros pagos para famílias em situação de extrema pobreza que exerçam atividades de conservação e uso sustentável dos recursos naturais no meio rural, por meio do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde.
								608	Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais implementado, o qual visa contribuir com a implementação da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais em benefício do desenvolvimento da bioeconomia.
						MAPA	Agropecuária Sustentável	3442	Comunidades Atendidas nos projetos apoiados pelo Plano Floresta + Sustentável
	Adesão ao Projeto Salas Verdes do MMA	Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter	Curto Prazo	Por adesão	Secretarias Municipais de Meio Ambiente	MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	647	Centros de Educação Socioambiental, Salas Verdes e outros arranjos territoriais de educação ambiental criados.
								651	Agentes comunitários populares, gestores, juventude e outros atores para o enfrentamento das emergências climáticas formados
	Estruturação do Turismo Ecológico e de aventura, de base comunitária, etnoturismo. (birdwatching – observação de aves)	Todos	Médio Prazo	1.000.000 p/ município	Secretarias de Turismo e Meio Ambiente ICMBIO	Mtur	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade.
								648	Realizar estudos e projetos para a estruturação de áreas (e ativos) de domínio público para o aproveitamento turístico e propor instrumentos para estabelecimento de parcerias com outros órgãos da administração pública para facilitação dos trâmites de processos relacionados a essas áreas e ativos.
								807	Realização de ações promocionais no mercado nacional.
						MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática	1915	Instrumentos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas (IGATIs) elaborados ou revisados
								1916	Eventos formativos em gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e para o enfrentamento da emergência climática realizados
								1926	Iniciativas de promoção, marketing e certificação de produtos indígenas realizadas
								2106	Mecanismos de divulgação do artesanato indígena criados, com enfoque na geração de renda

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Fortalecimento e expansão das unidades de conservação com vistas a garantir o manejo sustentável dos recursos naturais, incluindo áreas de campinaranas	Todos	Longo Prazo	-	SEMA Secretarias Municipais de Meio Ambiente ICMBIO	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	615	Atividades econômicas relacionadas a uso público nas unidades de conservação federais ampliadas por meio de publicização.
								657	Benefícios financeiros pagos para famílias em situação de extrema pobreza que exerçam atividades de conservação e uso sustentável dos recursos naturais no meio rural, por meio do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde.
								666	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER voltada a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento das organizações socioprodutivas ofertada para famílias do Bolsa Verde, através do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
							Pesquisa e Inovação Agropecuária	54	Disponibilização de soluções tecnológicas para o enfrentamento da pressão sobre os biomas, da mudança do clima, e para o uso sustentável dos recursos genéticos, das fontes renováveis de energia.
								1060	Unidades de conservação (UC) e áreas importantes para a conservação de espécies ameaçadas ecologicamente restauradas.
								1022	Esforço de fiscalização para controle da supressão de vegetação nativa em unidades de conservação federais ampliado.
	Promover a regularização de territórios indígenas	Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter	Longo Prazo	-	FUNAI, SEPI, OPIRJ	MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática	1876	Delimitação de Terras Indígenas
								1879	Georreferenciamento das terras indígenas
								1880	Constituição de Reservas Indígenas
								1883	Registro de terras indígenas
								1885	Terras indígenas fiscalizadas

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Regularização de assentamentos rurais	Cruzeiro do Sul	Longo Prazo	-	INCRA	MDA	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	1085	Imóveis rurais vistoriados e avaliados
								1100	Imóveis rurais obtidos para a Reforma Agrária
								1105	Famílias assentadas em novos Projetos de Assentamento
								1159	Famílias regularizadas no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA
								1163	Títulos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária (Títulos de Domínio - TD e Concessão de Direito Real de Uso - CDRU)
								2710	Contratos de Concessão de Uso - CCU concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária
	Implementação de viveiros municipais (espécies nativas, ornamentais, madeiras e frutíferas)	Todos	Curto Prazo	2.000.000,00	SEMA Secretarias Municipais	MMA	Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1044	Recuperação ambiental de áreas verdes urbanas e periurbanas nos municípios brasileiros.
							Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	3376	Polos territoriais de conservação da agrobiodiversidade e produção agroecológica implementados
								3377	Estratégias de gestão ambiental e socioproductiva de paisagens rurais implementadas
	Criação de consórcio de resíduos sólidos regional territorial do Juruá	Todos	-	-	-	MCID	Saneamento Básico	2808	Processo de Seleção para contratação de ações de resíduos sólidos urbanos no subeixo Gestão de Resíduos Sólidos/Economia Circular (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)
							Cidades Melhores	1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Implementação dos planos de manejo das reservas extrativistas, Alto-Juruá e Rio Liberdade.	-	-	-	-	MMA	Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	666	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER voltada a conservação dos ecossistemas e o fortalecimento das organizações socioprodutivas ofertada para famílias do Bolsa Verde, através do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
								615	Atividades econômicas relacionadas a uso público nas unidades de conservação federais ampliadas por meio de publicização.
							Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	1060	Unidades de conservação (UC) e áreas importantes para a conservação de espécies ameaçadas ecologicamente restauradas.
	Elaboração e implantação do plano de etnoturismo nos 17 territórios indígenas do estado.	-	-	-	-	Mtur	Turismo, esse é o destino	800	Formatação de produtos turísticos, com base nos princípios da sustentabilidade.
								648	Realizar estudos e projetos para a estruturação de áreas (e ativos) de domínio público para o aproveitamento turístico e propor instrumentos para estabelecimento de parcerias com outros órgãos da administração pública para facilitação dos trâmites de processos relacionados a essas áreas e ativos.
								807	Realização de ações promocionais no mercado nacional.
						MPI	Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática	1915	Instrumentos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas (IGATIs) elaborados ou revisados
								1916	Eventos formativos em gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e para o enfrentamento da emergência climática realizados
								1926	Iniciativas de promoção, marketing e certificação de produtos indígenas realizadas
								2106	Mecanismos de divulgação do artesanato indígena criados, com enfoque na geração de renda
							Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	2100	Projetos voltados a espaços de cultura, memória e transmissão de conhecimentos (museu vivo, espaço cultural, centro de ciências e saberes tradicionais) apoiados

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Governança e Integração Fronteiriça	Criar uma governança colaborativa, para debate interinstitucional sobre estratégias de desenvolvimento sustentável com a criação de espaços (fóruns) para debate e discussões no âmbito municipal, estadual e federal.	Todos	Curto Prazo	-	-	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
						MCID	Cidades Melhores	1824	Publicações e produtos de natureza técnica em apoio aos programas do Ministério das Cidades, elaborados, revisados, atualizados, e disponibilizados por meio do Programa Capacidades.
								1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.
						MCTI	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	1482	Fomento à estruturação de redes colaborativas de pesquisa e de apoio a infraestruturas críticas para a formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas nacionais
	Instituir programa/plano de desenvolvimento integral familiar/ pessoal articulado no âmbito municipal, estadual e federal.	Todos	Curto Prazo	-	-	MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1532	Ampliação do alcance da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) por meio da oferta de ações de ouvidoria itinerante
								1528	Criação de equipamentos estaduais ou regionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)
								240	Equipagem de Conselhos Municipais e Estaduais.
								649	Equipagem de Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente
								684	Equipagem de Centros Integrados de escuta protegida de crianças e adolescentes
						MPI	Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1980	Articulação realizada para a criação de redes intersetoriais de proteção social

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Governança e Integração Fronteiriça	Fortalecer o sistema municipal de Defesa Civil, ampliando sua autonomia de atuação reduzindo a subordinação/dependência do governo central, sobretudo nas ações preventivas.	Todos	Curto Prazo	-	-	MCTI	Gestão de Riscos e de Desastres	275	Monitoramento e previsão de riscos de seca
							Enfrentamento da Emergência Climática	1298	Fomento à elaboração de estudos e projetos de pesquisa e desenvolvimento relacionados às mudanças do clima
								564	Previsões numéricas de tempo, clima sazonal e ambiental operacionais para apoiar a execução e o planejamento de atividades socioeconômicas em cenário de mudança do clima
								585	Sistemas de Informações, em bases científicas, para subsídios à políticas públicas para ações de mitigação e adaptação desenvolvidos, atualizados e disponibilizados
								902	Pesquisa e desenvolvimento nas áreas de meteorologia e oceanografia, clima e de sistemas terrestres em um cenário de mudança do clima.
								1046	Base de Informações Georreferenciadas desenvolvida, mantida e disponibilizada
						MIDR	Desenvolvimento Regional Ordenamento Territorial e	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
						MCID	Cidades Melhores	1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.

continuação

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Governança e Integração Fronteira	Intensificar o uso do planejamento e ordenação da ocupação do espaço territorial urbano com ênfase nas ações preventivas de mitigação e resiliência.	Todos	Curto Prazo	-	-	MCID	Cidades Melhores	1811	Capacitação de técnicos por meio presencial/híbrido/EAD síncrono
								1819	Capacitação de técnicos por meio de EAD assíncrono
								1824	Publicações e produtos de natureza técnica em apoio aos programas do Ministério das Cidades, elaborados, revisados, atualizados, e disponibilizados por meio do Programa Capacidades.
								1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.
						MIDR	Desenvolvimento Regional Ordenamento Territorial e	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
						MCTI	Enfrentamento da Emergência Climática	1298	Fomento à elaboração de estudos e projetos de pesquisa e desenvolvimento relacionados às mudanças do clima
								585	Sistemas de Informações, em bases científicas, para subsídios à políticas públicas para ações de mitigação e adaptação desenvolvidos, atualizados e disponibilizados
	Fortalecimento da governança ambiental/climática. Com a aprimoração de equipes técnicas devidamente capacitadas, contando com engenheiros florestais com capacidade de criar projetos eficientes.	Todos	Curto Prazo	-	-	MCID	Cidades Melhores	1811	Capacitação de técnicos por meio presencial/híbrido/EAD síncrono
								1819	Capacitação de técnicos por meio de EAD assíncrono
								1824	Publicações e produtos de natureza técnica em apoio aos programas do Ministério das Cidades, elaborados, revisados, atualizados, e disponibilizados por meio do Programa Capacidades.
								1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.
						MIDR	Desenvolvimento Regional Ordenamento Territorial e	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
						MCTI	Enfrentamento da Emergência Climática	1298	Fomento à elaboração de estudos e projetos de pesquisa e desenvolvimento relacionados às mudanças do clima
								585	Sistemas de Informações, em bases científicas, para subsídios à políticas públicas para ações de mitigação e adaptação desenvolvidos, atualizados e disponibilizados
						MMA	Enfrentamento da Emergência Climática	651	Agentes comunitários populares, gestores, juventude e outros atores para o enfrentamento das emergências climáticas formados

conclusão

Eixo	Ações Prioritárias	Municípios	Prazo	Valor Estimado R\$	Potenciais Parceiros				
					Instituições Regionais	Ministério	Programa	Cód. Entrega	PPA Federal 2024-2027(Entrega)
Governança e Integração Fronteiriça	Incentivar e fomentar as associações de moradores, com manutenção das existentes.	Todos	Curto Prazo	-	-	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
						MCID	Cidades Melhores	1829	Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.
						MDHC	Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	1517	Campanhas e ações de conscientização e sensibilização para a promoção, proteção e defesa de direitos humanos.
	Constituir um ambiente/grupo de debate sobre as alternativas de integração territorial tanto fluvial, aéreo e terrestre para a potencialização da economia. (Vale do Juruá-UCAYALI)	Todos	Curto Prazo	-	-	MCTI	Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI	1229	Ampliação das ações de formação de recursos humanos em projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)
						MCID	Cidades Melhores	1811	Capacitação de técnicos por meio presencial/híbrido/EAD síncrono
								1819	Capacitação de técnicos por meio de EAD assíncrono
						MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
						MCID	Cidades Melhores	1811	Capacitação de técnicos por meio presencial/híbrido/EAD síncrono
								1819	Capacitação de técnicos por meio de EAD assíncrono
	Tornar mais eficiente os processos de atendimento e com maior integração entre as secretarias municipais	Todos	Curto Prazo	-	-	MIDR	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado
								2004	Programa de desenvolvimento de capacidades para o desenvolvimento regional implementado

ANEXO II – MATRIZ DE RISCOS DO PIDS-JURUÁ

continua

Processo	DESCRIÇÃO			AVALIAÇÃO DE RISCO				TRATAMENTO DO RISCO		
	Causa	Risco-Chave	Consequência	Probabilidade	Impacto	Grau de Risco Inerente (RI)		Resposta ao Risco	Controles Internos	Responsável
PIDS-Juruá (Elaboração do Plano)	Dificuldade de acesso e obtenção de informações sobre a região do Vale do Juruá	Fragilidade na elaboração do diagnóstico territorial.	Panorama pode divergir da realidade	3	10	30	RM	Mitigar	Buscar informações junto às instituições que atuam na região. Buscar estudos realizados	Técnico
	Baixo nível de coordenação entre os atores envolvidos	Descontinuidade e sobreposição de competências entre União, estados, municípios e órgãos setoriais.	Perda de eficiência, duplicidade de esforços e comprometimento dos resultados esperados.	3	10	30	RM	Mitigar	Intensificar a articulação buscando a integração e a definição de responsabilidades institucionais.	GAB/DICOL
	Pouca participação e engajamento dos atores regionais	Documento sem o respaldo dos atores locais	Redução da aderência das ações às demandas territoriais.	4	10	40	RA	Eliminar	Realizar Seminário (Oficina) com lideranças locais e com os governos para apresentar a proposta do Plano	CGPLA/DPLAN/ GOV. PA/ GOV. MUNICIPAIS
	Dificuldade de logística para a realização do seminário (Oficina)	Tempestividade para a realização do evento	Seminário ocorrer com recursos limitados/ comprometimento dos resultados do evento	5	10	50	RA	Mitigar	Realizar o seminário (oficina) em ponto estratégico e garantindo a infraestrutura necessária aos participantes.	DPLAN
	Insuficiência de recursos humanos	Interrupção ou demora na elaboração do Plano	Dilação do cronograma	8	10	80	RA	Mitigar/ Transferir	Atribuir temáticas conforme a formação do técnico/Colaboração externas/ Contratação de consultorias	CGPLA/DPLAN
	Ingerências externas na elaboração do Plano	Interferências político-administrativas	Descaracterização dos objetivos do Plano	2	10	20	RM	Eliminar	Apresentação da proposta do Plano aos gestores das instituições	CGPLA/DPLAN
	Dificuldade de internalização das propostas do Plano pelos gestores federais, estaduais e municipais.	Governos não participarem do processo de elaboração do Plano	Plano não ter o reconhecimento dos entes subnacionais	4	8	32	RM	Mitigar	Reuniões de alinhamento e apresentação dos objetivos do Plano aos entes subnacionais	GAB/DPLAN

continuação

Processo	DESCRIÇÃO			AVALIAÇÃO DE RISCO				TRATAMENTO DO RISCO		
	Causa	Risco-Chave	Consequência	Probabilidade	Impacto	Grau de Risco Inerente (RI)		Resposta ao Risco	Controles Internos	Responsável
PIDS-Juruá (Execução do Plano)	Baixa destinação/direcionamento de programas orçamentários e recursos	Dificuldade para implementação das ações previstas	Baixa efetividade do Plano	5	10	50	RA	Mitigar	Estabelecer articulação política junto aos ministérios e instituições regionais.	GAB/DPLAN
	Baixa capacidade operacional dos entes executores	Falta de equipes qualificadas, infraestrutura e processos consolidados impedem a tradução das diretrizes em projetos viáveis e sustentáveis	Ausência de projetos qualificados que reflitam a demanda obtida nas escutas ativas	5	10	50	RA	Eliminar	Firmar parcerias com instituições que capacitem os atores locais na elaboração de projetos/Contratar consultores para elaborar projetos.	GAB/DICOL e ENTES FEDERATIVOS
	Os responsáveis pela governança do Plano não atuarem satisfatoriamente	Ineficácia do Plano	Baixa efetividade do Plano	3	10	30	RM	Eliminar	Realizar reuniões periódicas para discutir estratégias para a implementação do Plano; se necessário, substituir membros da governança.	GAB/DPLAN
	Pressões setoriais e econômicas conflitantes	Tensões entre interesses produtivos, ambientalistas, comunitários e institucionais podem distorcer prioridades e comprometer a coerência das ações.	Dificuldade de avançar com as metas do plano	4	9	36	RM	Eliminar	Realizar reuniões estruturantes periodicamente enfatizando a importância de seguir o cronograma de ações estabelecido pelo Comitê Gestor do Plano.	Comitê Gestor do Plano/ SUDAM
	Conjuntura econômica e fiscal desfavorável	Baixo crescimento econômico e queda na arrecadação fiscal	Dificuldade de financiamento da política pública	5	10	50	RA	Mitigar	Estabelecer parcerias com instituições nacionais e internacionais de forma a não depender exclusivamente do orçamento público.	GAB/DPLAN
	Mudanças na gestão das instituições responsáveis pelo Plano	Mudanças na gestão das instituições responsáveis pelo Plano em razão de conjunturas político-eleitorais	Baixo engajamento dos novos gestores na execução do Plano	8	10	80	RE	Mitigar	Formar uma governança sólida para o Plano de forma a garantir a continuidade das ações propostas; aprovação do Plano no CONDEL/SUDAM	CONDEL/ SUDAM
	Fragilidade dos mecanismos de cooperação transfronteiriça.	Dificuldade de implementação de ações conjuntas com territórios fronteiriços.	Redução das oportunidades de integração regional.	5	5	25	RM	Eliminar	Fortalecer acordos de cooperação, redes institucionais e mecanismos de diálogo com os países vizinhos.	Comitê Gestor do Plano/ SUDAM

conclusão

Processo	DESCRIÇÃO			AVALIAÇÃO DE RISCO				TRATAMENTO DO RISCO		
	Causa	Risco-Chave	Consequência	Probabilidade	Impacto	Grau de Risco Inerente (RI)		Resposta ao Risco	Controles Internos	Responsável
PIDS-Juruá (Monitoramento e Avaliação do Plano)	Dificuldade para obtenção de informações sobre projetos executados	Fragilidade no monitoramento e na avaliação do Plano	Produção de relatórios incompletos e limitação do controle social	8	10	80	RE	Eliminar	Instituir pontos focais junto aos governos municipais, secretarias estaduais, ministérios setoriais, instituições parceiras e organizações locais, além de estabelecer canais permanentes de comunicação com as lideranças territoriais.	CGAVI/ DPLAN
	Baixa institucionalização da cultura de monitoramento e avaliação	Reduzida utilização dos resultados do M&A na gestão do Plano.	Limitações para análise do desempenho das ações e elaboração de avaliações consistentes.	5	10	50	RA	Eliminar	Promover capacitações, oficinas e ações de sensibilização sobre a importância do monitoramento e avaliação para a gestão pública e para a melhoria das políticas territoriais.	CGAVI/ DPLAN
	Baixa padronização e interoperabilidade dos sistemas de informação.	Dificuldade de integração e cruzamento de dados institucionais	Limitações para análise do desempenho das ações e elaboração de avaliações consistentes.	6	10	60	RA	Eliminar	Estabelecer protocolos de compartilhamento de informações e fortalecer mecanismos de interoperabilidade entre as instituições parceiras.	GAB/ SUDAM Comitê Gestor do Plano e demais parceiros
	Insuficiência de recursos humanos e financeiros.	Não elaboração dos relatórios por falta de pessoal ou de recursos financeiros	Fiscalizações dos órgãos de controle que podem estabelecer medidas orientativas ou determinativas junto à gestão responsável pelo Plano	5	10	50	RA	Mitigar	Estabelecer grupo de trabalho/ contratar consultorias.	CGAVI/ DPLAN

ANEXO III – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO SEMINÁRIO DE VALIDAÇÃO DAS ESCUTAS ATIVAS DO PIDS-JURUÁ

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Tv. Antônio Baena, 1113 - Marco
CEP: 66093-082 - Belém - Pará
ouvidoria@sudam.gov.br
(91) 4008-5689 / 0800 610 021
www.gov.br/sudam



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

